



**DIOGO MANUEL DOS
SANTOS SILVA**

**A TERMINOLOGIA DOS CONTRATOS DE COMPRA
E VENDA**



**DIOGO MANUEL DOS
SANTOS SILVA**

**A TERMINOLOGIA DOS CONTRATOS DE COMPRA E
VENDA**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Professor Doutor Reinaldo Francisco da Silva
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Anabela Valente Simões
Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda da Universidade de Aveiro (arguente)

Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Prof. Doutora Maria Teresa Alegre por ter aceitado ser minha orientadora e agradecer, também, pela sua paciência e disponibilidade, assim como os seus preciosos comentários.

À minha família, principalmente, aos meus pais, porque sem eles nada disto seria possível.

A todos os meus amigos que sempre acreditaram em mim, agradeço os vossos conselhos e críticas pois fizeram de mim uma pessoa melhor. Agradeço, em particular, ao Samuel e ao Rafael por terem sido os meus companheiros nesta aventura universitária.

palavras-chave

Terminologia, contratos, compra e venda, base terminológica

resumo

O presente projeto tem como tema central os contratos de compra e venda e a sua terminologia, sendo que o objetivo final é a criação de uma base de dados terminológica para que esta seja disponibilizada para auxiliar na tradução deste tipo de documentos. O contrato, como gênero textual, engloba uma grande variedade de contratos, sendo os de compra e venda, e, em particular, aqueles relacionados com a compra e venda de produtos/serviços relacionados com a tecnologia, o tema principal deste projeto. As línguas de trabalho serão o Inglês e o Português.

keywords

Legal translation, terminology, contracts, purchase and sale

abstract

The main theme of this project is the purchase and sale contracts and their terminology. The project aims at developing a public term base to help in the translation of this type of documents. The contract, as a text type, comprises a wide range of contracts, and the purchase and sale, especially the ones related to the purchase and sale of technological products and services, are the main theme of this project. The working languages are English and Portuguese.

Índice

Introdução	4
1. Enquadramento jurídico	8
1.1. O Negócio Jurídico	8
1.1.1. A forma dos contratos em português e em inglês	9
1.2. Do negócio jurídico ao de compra e venda	10
1.2.1. A forma dos contratos de compra e venda em inglês e em português	12
1.3. Agreement ou Contract	13
1.4. A diferença entre Civil Law e Common Law	14
2. Enquadramento terminológico	19
2.1. A terminologia e o dualismo entre os tradutores e os terminólogos	19
2.2. A teoria da terminologia	20
2.3. Conceitos, definições e termos	21
2.4. A equivalência e a tradução jurídica	23
3. Metodologia do trabalho	28
3.1. Identificação e avaliação dos documentos	29
3.2. Identificação e extração dos termos	32
3.2.1. Recursos usados na pesquisa de equivalentes, definições e contextos ...	33
3.3. Compilação dos termos extraídos	34
3.5. Os problemas que surgiram e como foram superados	36
Conclusão	40
Recursos bibliográficos	43
Anexo I	45
Base de dados terminológica	45

Índice de tabelas

Tabela 1 – Caracterização do documento 1.....	30
Tabela 2 - Caracterização do documento 2.....	30
Tabela 3 - Caracterização do documento 3.....	30
Tabela 4 - Caracterização do documento 4.....	31

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Representação da folha Excel com os termos e respectivas definições	34
Ilustração 2 - Representação da base de dados terminológica através da ferramenta SDL MultiTerm	36

Introdução

O presente projeto está enquadrado no Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas e destina-se à obtenção do grau académico de Mestre.

Na Licenciatura em Tradução aprenderam-se vários tipos de tradução, mas, a meu ver, é necessária uma especialização num campo que obviamente gostemos. Contudo, há que ter em conta a nossa vida profissional futura, visto que com uma especialização teremos mais oportunidades no mundo do trabalho. Assim decidi enveredar pelo mestrado previamente mencionado. Ora, nos dias de hoje, a área das Ciências Jurídicas e, consequentemente, a tradução jurídica tem vindo a desenvolver-se e a evoluir no mundo da tradução, devido ao fenómeno da globalização. O comércio global implica cada vez mais a tradução de documentos, de maneira a derrubar as barreiras erguidas pela língua.

Durante o Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, os mestrandos tiveram a oportunidade de continuar a desenvolver as suas competências linguísticas, assim como melhorar as suas competências tradutológicas, devido ao enfoque dado aos textos do foro jurídico. Os mestrandos são também formados com conhecimentos de fundamentos, termos e conceitos jurídicos. Portanto, desde que ingressei no Mestrado, tive a oportunidade de obter a experiência e o conhecimento no que diz respeito ao mundo jurídico e ao que faz parte dele; tive acesso a cartas rogatórias, contratos, certidões e outros documentos jurídicos, tendo também traduzido alguns deles.

Os contratos devem ser, atualmente, os documentos jurídicos com os quais a população em geral tem mais contacto e com os quais deve estar mais familiarizada, pois quer compremos alguma coisa, ou façamos um empréstimo, ou mudemos de emprego, estamos a realizar contratos. Este género textual é assim aquele que mais importância pode ter a nível da tradução, devido à necessidade de, por vezes, ter que se traduzir documentos jurídicos para um público-alvo estrangeiro, assim como tais documentos são necessários para realizar relações internacionais.

Apesar da tradução jurídica já ser um ramo da tradução estudado e analisado em Portugal, a verdade é que nem sempre existem recursos adequados

para traduzir documentos jurídicos. Tendo em conta esta falta de recursos, o presente projeto tenta preencher algumas dessas lacunas, ao desenvolver uma base de dados terminológica.

São necessárias bases de dados que contenham termos e fraseologias, de maneira a que a tradução de contratos seja mais consistente e coerente.

Assim, o presente projeto aborda os contratos de compra e venda, visto que são cada vez mais usados nas empresas e noutros contextos, e, como dito anteriormente, é necessário que haja uma coerência nos termos que são utilizados aquando da sua tradução. Por isso, o objetivo do presente projeto é recolher e analisar os termos mais comuns nos contratos de compra e venda em Inglês e os seus respetivos equivalentes em Português, para assim criar uma base terminológica como produto final. A base terminológica foi construída de maneira a poder atender às necessidades de um utilizador especializado na área, como também de outros que não são tão especializados na área e que irão necessitar de consultar este recurso.

Este trabalho está dividido em três partes, a primeira relacionada com os contratos em geral, os contratos de compra e venda e a diferença entre estes tipos de texto no sistema jurídico português e inglês. A segunda parte aborda os aspetos que estão relacionados com a terminologia. E em terceiro e último lugar, é apresentada a parte relacionada com a metodologia usada na extração dos termos e os problemas que ocorreram durante a realização deste trabalho.

Durante esta extração, os termos foram listados no Microsoft Excel, tendo como campos-base o nome do termo, respetiva definição, o contexto e a fonte dos mesmos. É necessário referir o porquê de a base terminológica não ter os campos do género e número. Visto que o público-alvo são tradutores portugueses, obviamente que os mesmos têm total controlo da língua portuguesa, não sendo assim necessário estar discriminado na base terminológica o número e género dos termos. Em relação à língua inglesa, este campo também não aparece porque as palavras não são flexionadas em género sendo consideradas neutras.

Em relação às definições, é importante que ambas as línguas tenham definições dos termos para que seja mais fácil a sua compreensão e também ser possível verificar se há diferenças nos seus significados nas duas línguas.

Posteriormente, o ficheiro Excel será convertido para ser usado na conhecida ferramenta *SDL MultiTerm*. O objetivo de usar esta ferramenta tem a ver com o facto de ela ser bastante utilizada pelos tradutores, atualmente, e, assim, quem usar a base terminológica pode facilmente acedê-la através deste *software*.

1. Enquadramento jurídico

Dentro dos tipos de textos jurídicos, os mais usuais e aqueles que mais importância podem ter a nível da tradução são os negócios jurídicos bilaterais, comumente conhecidos por contratos. Estes são importantes, pois é através deles que existem bastantes relações tanto a nível nacional como internacional. Portanto, é importante conhecer e perceber o que são contratos e o que os caracteriza, assim como entender quão limitados poderão ou não ser.

1.1. O Negócio Jurídico

Para entender o que é realmente um negócio jurídico, deve-se compreender as características inerentes ao mesmo.

O *facto jurídico* traduz-se em “todo o acto humano ou acontecimento natural juridicamente relevante” (Pinto, 1993: 353). Esta é, de facto, uma descrição abrangente, mas é essa mesma relevância jurídica que produz efeitos jurídicos.

Os factos jurídicos estão divididos em diversas classificações, sendo que a mais importante para o presente projeto é a diferença entre factos jurídicos voluntários e factos jurídicos involuntários. Os primeiros são o resultado das vontades como elemento juridicamente relevante, pois são a manifestação ou atuação de uma vontade; estas ações humanas são analisadas pelo direito enquanto manifestações de vontade (Pinto, 1993: 354). Já os segundos não são providos de qualquer processo volitivo pois ou resulta de causas naturais ou porque a sua eventual espontaneidade não tem relevância jurídica (Pinto, 1993: 354).

Os factos voluntários ou atos jurídicos dividem-se em duas partes: lícitos ou ilícitos. Os lícitos estão em conformidade com a ordem jurídica, já os ilícitos vão contra à mesma e, portanto, têm uma sanção. Dentro do primeiro tipo estão os negócios jurídicos e simples atos jurídicos, objeto de trabalho do presente projeto.

Os negócios jurídicos são “...factos voluntários, cujo núcleo essencial é integrado por uma ou mais declarações de vontade a que o ordenamento jurídico atribui efeitos jurídicos concordantes com o conteúdo da vontade das

partes.”(Falcão, Casal, Oliveira, & da Cunha, n.d.,: 142). Já os simples atos jurídicos são “...factos voluntários cujos efeitos se produzem, mesmo que não tenham sido previstos ou queridos pelos seus autores, embora muitas vezes haja concordância entre a vontade destes e os referidos efeitos.” (Falcão et al., n.d.,: 143).

É necessária a existência de um sujeito para qualquer negócio jurídico. Contudo, é frequente acontecer que a imputabilidade seja a duas ou mais pessoas. Portanto, existem negócios jurídicos de autoria singular e de autoria plural, surgindo, assim, os conceitos de negócios unilaterais e negócios bilaterais, mais conhecidos por contratos (Marques, 1992: 58).

Nos negócios unilaterais há apenas uma declaração de vontade, ou várias, mas paralelas entre si, criando, assim, um só grupo. Exemplos de negócios unilaterais são os testamentos. Por outro lado, nos negócios bilaterais há duas ou mais declarações de vontade, opostas, mas convergentes que visam alcançar um resultado jurídico unitário, embora com um significado para cada parte (Pinto, 1993: 387).

No entanto, não é impedimento que uma das partes seja composta por várias, desde que se mantenha o princípio que existam declarações de vontade formadas por, pelo menos, duas pessoas. O que caracteriza este tipo de negócio jurídico é que apesar das declarações de vontade de ambas as partes tenham sentidos diferentes, no final acabam por se ajustar ou até mesmo conciliar produzindo um resultado único (Falcão et al., n.d.: 145). Nos contratos de compra e venda – objeto de estudo deste trabalho – é preciso o concurso da vontade de duas pessoas para que o mesmo se realize, ou seja, temos o comprador e o vendedor; as vontades de ambas partes são compatíveis, mas os interesses são opostos (Falcão et al., n.d.: 145-146). Os negócios bilaterais são, então, denominados por *contratos*.

1.1.1. A forma dos contratos em português e em inglês

Em relação à forma dos contratos, os portugueses não têm uma forma considerada padrão, pois dependendo dos tipos de contratos, podem existir secções e cláusulas diferentes (Lopes, 2011: 111). Portanto, inicialmente, deve mencionar-se qual o tipo de contrato (por exemplo, se arrendamento, ou trabalho, entre outros), seguidamente os outorgantes ou partes, e em terceiro lugar, as

cláusulas que descrevem o contrato, sendo que podem variar, como foi já dito, mediante o tipo e complexidade do documento. Por último, o contrato será assinado e deve conter a data e lugar de realização do mesmo. Em relação à sua escrita, o contrato deve ser escrito na terceira pessoa com uma linguagem clara e sem ambiguidades.

Os contratos na língua inglesa, qualquer que seja o seu tipo, são diferentes, tanto na estrutura como no conteúdo, dos contratos em português, visto que são escritos dentro de uma cultura e de um sistema jurídico diferente e com regras e objetivos diferentes (Lopes, 2011: 109).

Normalmente, nos contratos em inglês, antes da 1.^a página, existem umas páginas que explicam alguns conteúdos, conceitos e particularidades que estarão presentes ao longo do contrato. No que diz respeito à linguagem, esta tem vindo a ser alterada, devido a um movimento¹ nascido no Reino Unido que defende a simplificação da linguagem nos documentos jurídicos, em particular nos contratos.

Em relação às secções que fazem parte dos contratos ingleses, segundo Varó & Hughes (2014: 127-132) estes são: *commencement* ou *premises*, *recitals* ou *preamble*, *operative provisions*, *definitions*, *consideration*, *representation and warranties*, *applicable law*, *severability*, *testimonium*, *signatures* e *schedules* (ou *exhibits*, *apêndices* ou *annexes*).

No que diz respeito à linguagem, esta deve ser clara e sem ambiguidades para não produzir problemas de interpretação que podem criar problemas jurídicos.

Deve ser referido que não existe uma forma rígida que dite como devem ser redigidos os contratos em inglês, mas as secções que foram referidas acima são geralmente aquelas que fazem parte deste tipo de documento (Lopes, 2011: 110).

1.2. Do negócio jurídico ao de compra e venda

Os contratos de compra e venda, devido à sua frequência e função, são aqueles que apresentam uma grande projeção na vida económica (Marques, 1992: 243). Para realizar este tipo de contrato, os seus elementos essenciais são dois: determinar a coisa vendida e a estipulação do preço da mesma. Portanto, o Código Civil, no artigo 874.º, define o contrato de compra e venda como “contrato pelo

¹ *Plain English Campaign* – criado em 1979 por Chrissie Maher

qual se transmite a propriedade de uma coisa, ou outro direito, mediante um preço”.

Marques (1992: 243-244) refere que quando este tipo de contrato é celebrado são desencadeados efeitos reais e obrigacionais, que são:

- ➔ Efeito real: a transferência da propriedade da coisa, que se verifica na altura do contrato e por efeito do mesmo, se a coisa estiver já identificada (art.º 879, a) do CC). No entanto, os estipulantes podem combinar que a especificação da coisa vendida fique sujeita à escolha, bem como que esta seja feita por qualquer um deles ou por terceiros e, neste caso, será com a escolha que a propriedade se transfere.
- ➔ Efeito obrigacional: o vendedor está obrigado, através do contrato, a entregar a coisa vendida, e, por outro lado, o comprador está obrigado a pagar o preço. (art.º 879, b) e c) do CC). O preço é, comumente, estipulado no momento de realização do contrato. No entanto, o art.º 883 refere que essa estipulação pode ser feita depois, indicando os critérios a serem adotados se o preço não tiver sido determinado inicialmente pelas partes.

Não se deve confundir compra e venda com troca, um contrato atípico que era definido pelo Código Civil em 1867 como “uma coisa por outra, ou uma espécie de moeda por outra espécie dela” (art.º 1592 do CC). A título de exemplo, o autor refere a troca de um prédio ou a troca de cem francos franceses por mil e duzentas pesetas. A grande diferença entre estes tipos de contratos é aquela que respeita o preço, que na troca não existe. Ao mesmo tempo, são similares na sua estrutura e finalidade económica. Portanto, devem ser aplicadas as regras da compra e venda, com as adaptações próprias à sua natureza, à troca. Isto porque as regras da compra e venda são aplicáveis a outros contratos pelos quais se cedam bens ou se determinem encargos sobre eles (Marques, 1992: 244).

1.2.1. A forma dos contratos de compra e venda em inglês e em português

Lopes (2011: 111), apoiando-se num artigo web², refere que geralmente os contratos de compra e venda em inglês (ou os *purchase and sale contracts*) têm as seguintes secções:

Commencement – when it would start; Term – for what period the agreement to be operative; Date – the date of the agreement; Parties – who is involved; Recitals – the factual background in a clause; Operative part – the essence of a contract – who has to do what; Schedules – lists of relevant matters (usually appears separately); Execution and attestation – the fact the contract will be carried out and confirmation that the parties understand its terms

No que diz respeito aos contratos de compra e venda em português, Vaz (c.t. Lopes (2011: 112)), refere que geralmente este tipo de contratos contêm as seguintes secções:

A correcta identificação das partes que nele intervêm: nome completo, residência, estado civil, número de contribuinte, número de bilhete de identidade e data de emissão; identificação do contrato definitivo que se pretende celebrar, incluindo a correcta identificação do bem objecto deste, isto é, que se promete comprar ou vender; preço e forma de pagamento: a indicação clara do preço é de extrema importância em qualquer negócio, bem como a forma como se irá proceder ao seu pagamento; incumprimento; condição; termo; assinatura das partes intervenientes, local e data.

Tanto para o inglês como para o português, são estas as secções que geralmente estão presentes, podendo, contudo, haver diferenças mediante as situações em causa (Lopes, 2011: 111).

² <http://www.mylawyer.co.uk/ml/index.cfm?event=base:article&node=A76062BD32716>

1.3. Agreement ou Contract

Se estivermos a traduzir de português para inglês algum texto e a palavra “contrato” aparecer, pensamos logo na palavra inglesa *contract* devido à sua semelhança com a palavra portuguesa. Recorrendo a alguns dicionários bilingues somos também confrontados com a palavra *agreement* como tradução de contrato. Sendo assim, qual deveremos usar?

O “Black’s Law Dictionary”³ define *agreement* como um acordo mútuo entre as partes sobre os seus direitos e responsabilidades relativas; já *contract* é definido como um acordo entre partes, que cria obrigações que são executórias em tribunal (Murray, 2017).

Há elementos essenciais para que um contrato seja válido num tribunal, tal como Murray (2017) sintetiza:

- *Offer, acceptance, and mutual consent* (oferta, aceitação e consentimento mútuo): todos os contratos têm de incluir uma oferta específica e a aceitação da mesma. Tal oferta e aceitação devem ser consentidas livremente pelas partes, e estas não podem ser coercidas nem forçadas a assinar o contrato. Todas as partes devem aceitar os mesmos termos e todas devem ter como intenção a formação de um acordo vinculativo.
- *Consideration* (contrapartida): Algo de valor que é trocado entre as partes. A contrapartida pode ser em forma de dinheiro, mercadorias ou serviços. Ambas as partes devem oferecer algo de valor para que o contrato seja celebrado. Se apenas uma das partes oferecer algo, não é considerado como um contrato, mas sim uma doação.
- *Competence* (capacidade): ambas as partes têm que compreender a situação e perceber o que acarreta o contrato. Assim, nenhuma das partes deve ser menor, estar sob a influência de drogas ou álcool, ou apresentar uma deficiência mental que a impeça de compreender os

³ O dicionário jurídico mais usado nos EUA, criado por Henry Campbell Black.

termos do contrato. Caso uma das partes não seja capaz, isso faz com que o contrato perca o seu efeito legal tornando-se nulo.

- *Legal purpose* (efeito legal): O teor do contrato deve estar dentro dos comportamentos lícitos, pois um tribunal nunca iria aceitar um contrato que envolvesse atos ilícitos.

Ora, se um *contract* cumprir as características listadas acima será executório num tribunal, sendo que os primeiros três elementos já são suficientes para realizar um *agreement* (Murray, 2017).

1.4. A diferença entre Civil Law e Common Law

Todos os países são regidos por uma lei que os diferencia de uma maneira ou de outra. Certamente que há vários sistemas jurídicos que partilham semelhanças entre si, mas, no final, acabam por ser diferentes, sendo que cada país tem uma lei, e a maneira como ela é aplicada pode ser diferente. Exemplos destes diferentes sistemas jurídicos, e talvez aqueles mais conhecidos, são a *civil law* e a *common law*. Ora, o primeiro sistema jurídico é aquele que é praticado em quase todo o mundo, estando implementado na América Latina, em alguns países asiáticos, africanos e também europeus, sendo Portugal um deles. Já o segundo sistema jurídico está implementado no Reino Unido, Irlanda do Norte, Estados Unidos da América (à exceção do estado do Louisiana) e em muitos outros países, principalmente aqueles pertencentes à *Commonwealth*.

Estes sistemas diferem bastante na maneira como aplicam as suas leis, mas, em primeiro lugar, devem ser identificados.

A *Civil Law*, ou sistema românico-germânico, é baseada no direito romano, aquele praticado aquando do Império Romano, e tem como característica principal a organização do direito por códigos, tendo como exemplo os códigos civis francês e alemão. A aplicação da lei nos países dentro deste sistema é feita através das leis reproduzidas nos códigos.

Já a *Common Law*, ou direito comum, difere na maneira como aplica as suas leis. Este sistema jurídico surgiu na Inglaterra durante o século XII, quando o Rei criou um sistema unificado e comum a todo o reino, onde se dava muita importância aos costumes, reintroduzindo o sistema do júri, que tomava as suas

decisões mediante o seu conhecimento local e não através de provas. Ora atualmente, o direito é criado ou atualizado pelos juízes: uma decisão que é tomada para um certo caso depende de decisões tomadas em casos anteriores que afetam o direito a ser aplicado em casos futuros. Esta aplicação constitui a ideologia do precedente. Além disso, é possível ver através da ficção, da televisão ou em filmes que o sistema de júri, implementado no século XII, continua a ser usado.

Sendo que cada país tem um sistema jurídico, também cada país tem um documento máximo que o rege. No caso de Portugal é a Constituição da República Portuguesa (CRP) que foi aprovada a 25 de Abril de 1976, dois anos depois da queda do Estado Novo, e que continua até aos nossos dias. A par da CRP, há mais dois documentos pelos quais o país se rege, que são o Código Civil e o Código Penal. Visto que a CRP é o documento máximo do sistema jurídico português, é nela que estão contidos diversos direitos e deveres da sociedade, estabelecendo as regras do funcionamento da sociedade. Além disso, é através da CRP que o Presidente da República, a Assembleia da República, entre outros órgãos, deve atuar. Portanto, toda a legislação tem de estar em conformidade com os princípios da Constituição.

Dentro da *common law* e dos países que a seguem, a Inglaterra não possui nenhum documento máximo que reja o país, invocando apenas a Magna Carta do ano de 1215 e alguns Atos, como por exemplo os Atos de União de 1707 e 1800. Contudo, não existe nenhum documento que possua um conjunto de regras do direito constitucional, como a CRP ou a Constituição dos EUA. Além disso, a Inglaterra também não possui nenhum documento que reúna as regras relativas a vários ramos do direito, como por exemplo o Código Civil português ou francês. Nos Estados Unidos da América, o documento que rege o país é a já mencionada Constituição que foi assinada em 1789 e que, até aos dias de hoje, já sofreu 27 alterações. Nos seus três primeiros artigos é explicada a separação dos poderes em três partes: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judicial.

Em relação à matéria dos contratos, os dois sistemas partilham algumas semelhanças, assim como diferenças, sendo que é importante entender as mesmas.

Como já foi referido anteriormente, o “Black’s Law Dictionary” define um contrato de uma maneira bastante semelhante àquela que aparece inicialmente no

projeto: “duas ou mais declarações de vontade, opostas, mas convergentes que visam alcançar um resultado jurídico unitário, embora com um significado para cada parte.” Existe assim uma certa conformidade em ambos os sistemas no que diz respeito ao objetivo principal de um contrato. Além disso, os elementos que fazem parte da estrutura dos contratos também são similares. Assim, em ambos os sistemas só é possível existir um contrato, caso existam as partes, as vontades e um objeto.

Meldrum (2012) distingue bastante bem os contratos nos sistemas da *civil law* e da *common law*. Neste último sistema, não é importante para quem é o contrato nem como o mesmo está estruturado, mas sim a preocupação em prever o impacto e as potenciais consequências legais vinculativas das promessas uma parte. Já a *Civil Law* tem uma abordagem ligeiramente diferente, visto que é enfatizada a classificação dos seus princípios legais, sendo que cada conceito deve pertencer a categorias legais específicas. Esta classificação permite identificar com facilidade o direito contratual do país respetivo.

Meldrum (2012) refere algumas diferenças baseando-se em quatro tipos de contratos. Em relação aos contratos unilaterais e bilaterais, os sistemas jurídicos focam-se em aspetos diferentes: a *common law* foca-se nas promessas irrevogáveis entre as partes contratantes, já a *civil law* importa-se com as obrigações entre as partes. Dentro do mesmo sistema, mas num contrato unilateral, como uma doação, apenas uma parte é obrigada a dar dinheiro ou um serviço sem estar à espera de uma execução.

Num contrato de compra e venda, na *civil law*, ambas as partes esperam receber algo em troca do serviço ou produto que estão a fornecer; este tipo de contrato é considerado como oneroso. Num contrato onde apenas uma parte fornece algo sem receber nada em troca, como uma doação, é um contrato gratuito. É importante perceber esta diferença, pois na *common law* só os contratos onerosos é que são vinculativos em tribunal, pois os gratuitos não possuem uma contrapartida (Meldrum, 2012).

No que diz respeito à formação dos contratos, os sistemas partilham algumas diferenças. Segundo Meldrum (2012), a *common law* pretende saber quando é que a promessa foi feita e quando é que a mesma começa a ter implicações legais. É também importante perceber que este sistema se foca na

oferta, na aceitação e na contrapartida – princípios já abordados neste projeto. Além destes princípios, a *civil law* importa-se com outros princípios essenciais para demonstrar que o acordo aconteceu porque foi resultado das vontades das partes. Como descrito por Meldrum (2012), o primeiro destes princípios é o consentimento, pois os tribunais verificam sempre se há erros, coerções ou fraudes de maneira a confirmar se as partes consentiram livremente no contrato. É um princípio parecido ao praticado na *common law*, sendo que um requisito é que a oferta tenha intenção real no contrato e que a aceitação esteja conforme os termos do contrato.

O segundo princípio é o da capacidade, pois como na *common law*, há pessoas incapazes de fazer parte de um contrato válido. Contudo, estas pessoas não podem, sob pretexto de incapacidade, cessar os seus contratos, exceto em casos previstos pela lei.

A *civil law* requer também a presença de um objeto ou propósito, que usualmente é o bem ou serviço acordado pelas partes, como por exemplo, num contrato de compra e venda o objeto do contrato é o que vai ser comprado/vendido. Este objeto é baseado na classificação que o direito civil atribui a formas de diferentes contratos. Esta classificação pode indicar mais requisitos estruturais que as partes têm que acordar para ser válido legalmente.

Por último, Meldrum (2012) refere que o contrato tem que ter uma causa legal, ou seja, a razão pelas partes acordarem em algo tem que ser legal. No entanto, esta razão não deve ser confundida com o motivo individual de uma parte ao entrar num contrato com a legalidade do mesmo. Na *common law*, este princípio de causa legal está mais ligado à contrapartida; é o motivo principal para que uma parte entre num tipo de contrato legal. Por exemplo, num contrato de compra e venda, a causa legal do contrato é a troca de um bem/serviço por um preço. Em ambos os sistemas, esta razão para entrar num contrato tem que ser séria e deve-se encontrar uma obrigação correspondente feita pela outra parte. Contudo, ao contrário da *common law* em que uma das partes pode exigir confiança quando não existe contrapartida, a falta de uma causa legal faz com que um contrato da *civil law* não seja vinculativo em tribunal.

Meldrum (2012) conclui mencionando que ambos os sistemas têm abordagens semelhantes, mas há certos aspetos que devem ser tidos em atenção.

Além disso, é importante perceber que as diferenças que existem entre a *common law* e a *civil law* afetam não só os tipos de contratos que são vinculativos em cada sistema jurídico, mas também as fases da criação de um contrato e os danos possíveis caso o cessem.

2. Enquadramento terminológico

Pavel & Nolet (2002: 17) definem terminologia como um “conjunto de palavras técnicas pertencentes a uma ciência, uma arte, um autor ou um grupo social” e também como uma “disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e termos usados nas línguas de especialidade”.

A terminologia é um campo que está fortemente ligado ao mundo da tradução, pois o seu estudo e análise permitem um grande conhecimento da área que marca os textos que estão a ser traduzidos, além do que, quando bem usada, é possível obter-se uma tradução bem-sucedida e fidedigna.

Como referido, a terminologia está em consonância com uma área de especialidade, da qual fazem parte vários termos e vocábulos relativos à mesma e que apenas são usados nesse campo terminológico (Pavel & Nolet, 2002: 17). Ou seja, no dia-a-dia, não usamos vocabulário muito específico enquanto comunicamos com os amigos, familiares, entre outros. Contudo, se o ambiente for propício a um assunto específico/técnico, o nosso vocabulário muda de maneira a poder adaptar-se ao tema em questão.

2.1. A terminologia e o dualismo entre os tradutores e os terminólogos

Os tradutores e os terminólogos trabalham a terminologia de maneiras diferentes, sendo que os primeiros trabalham a linguagem no seu uso e os segundos como um sistema conceptual. É assim importante entender que a compilação de terminologia é um processo estático que consiste em identificar e descrever as unidades terminológicas. Já a tradução é um processo dinâmico que envolve a manipulação da substância textual numa língua para criar outra noutra língua (Sager, 2008: 251). Assim, os tradutores trabalham com conceitos e termos num contexto e os terminólogos isolam os termos de um contexto e encaixam-nos num sistema abstrato de conceitos, sendo que qualquer ligação que exista na terminologia é entre o termo e o conceito e não entre as unidades textuais (Sager, 2008: 251).

Os tradutores traduzem os textos, estabelecendo assim a ligação, por vezes intuitivamente, entre as respetivas unidades textuais, e só recorrem às técnicas dos

terminólogos quando necessitam de pesquisar o significado de um termo concreto. Os terminólogos trabalham de maneira diferente já que o fazem de forma analítica, descrevendo os resultados das suas análises nos glossários ou nas entradas de dicionários.

Portanto, o papel dos tradutores e dos terminólogos não é muito semelhante. Segundo Sager, são os tradutores que necessitam de conhecimentos básicos acerca da terminologia e não o contrário, já que os tradutores têm que trabalhar como terminólogos quando enfrentam problemas ao escolher a o termo certo de entre várias alternativas ou na criação de um neologismo ou de uma paráfrase (Sager, 2008: 251-252).

2.2. A teoria da terminologia

Como dito anteriormente, os tradutores precisam de conhecimentos básicos acerca da terminologia e da sua teoria. No entanto, é importante entender que esta teoria tem dois princípios: o primeiro é que esta teoria tenta definir e caracterizar os termos, já que estes diferem das palavras, e o segundo é que tenta explicar a diferença entre a formação da palavra e do termo (Sager, 2008: 258-259).

Os termos, juntamente com os vocábulos e os nomes próprios constituem a classe geral dos itens lexicais. Mas, embora os nomes se refiram individualmente a coisas ou a pessoas, e as palavras se refiram arbitrariamente a conceitos gerais, os termos referem-se deliberadamente a conceitos específicos dentro de uma disciplina particular e por isso constituem um subsistema do conhecimento (Sager, 2008: 259)

A teoria da terminologia passa de unidades cognitivas abstratas (conceitos) à identificação das expressões linguísticas apropriadas (termos) (Sager, 2008: 259).

Como já foi referido, e à primeira vista, os tradutores apenas precisam de conhecimentos básicos da teoria da terminologia para encontrar termos que correspondam ao mesmo conceito, nas duas línguas. Contudo, a realidade é mais complexa: ora os tradutores às vezes apercebem-se que necessitam de estabelecer identificação entre os conceitos, para lidar com exemplos onde conceitos são parecidos em vez de iguais, e para criar termos na língua de chegada para novos conceitos (Sager, 2008: 259).

2.3. Conceitos, definições e termos

A teoria da terminologia tem como principal foco três princípios: os conceitos, as suas definições e as suas expressões linguísticas ou termos.

Os **conceitos**, segundo a Norma Internacional 704 (ISO 704) de 1987, são definidos como unidades de pensamento, usados para estruturar o conhecimento e as percepções do mundo. Além disso, a necessidade de evitar a sobreposição de conceitos requer uma grande precisão ao delimitar os conceitos. Esta precisão é entendida por referência especial que permite uma distinção entre esta e a referência genérica. (Sager, 2008: 259-260).

Quando se pensa nas **definições**, pensa-se logo naquelas dos dicionários, visto que um dicionário passa semasiologicamente uma palavra para uma definição; já a terminologia procede onomasiologicamente, pois identifica um conceito e dá-lhe um significado antes de o nomear. Nos dicionários, as definições são feitas por palavras que substituem outras palavras; na terminologia, as definições tentam ser uma ligação clara entre o sistema linguístico e a estrutura conceptual do conhecimento. O que é feito na terminologia, em primeiro lugar, é a ligação entre o *definiendum* (o conceito a ser definido) e o *definiens* (o contexto mais amplo que esteja relacionado) permitindo assim fixar o seu lugar na estrutura do conhecimento. Em segundo lugar, é tentado descrever de que maneira este conceito é diferente de outros conceitos na mesma área de conhecimento. Esta definição terminológica terá que ser o mais detalhada possível para diferenciar um conceito e o seu nome de outros para evitar referências difusas, como na lexicografia, que permite que as definições sejam feitas por sinonímia (Sager, 2008: 260).

Ainda sobre as definições, a Terminologia refere que existem vários tipos de definições. Couto (2003: 18), baseando-se na ISO 1087 de 1999, refere que a definição terminológica é uma “afirmação que descreve a representação de um conceito”. A definição terminológica pode ser dividida em dois: *definição por compreensão* e *definição por extensão*. Na *definição por compreensão* é descrito o conceito através da enumeração das suas características fundamentais e das que distinguem o conceito daqueles com os quais se relaciona. Já a *definição por*

extensão consiste na descrição de um conceito enumerando todos os conceitos que estão relacionados com ele através de um critério de subdivisão (Couto, 2003: 18).

Por último, temos os **termos**. Estes diferem das palavras pois referem-se apenas a entidades conceptuais, propriedades, atividades ou relações que constituem o conhecimento de um determinado campo disciplinar. Outra diferença importante entre os termos e as palavras é que o significado dos primeiros só existe dentro do sistema de conhecimento no qual foram criados. Em relação aos termos, pode-se dizer que por detrás de cada um deve haver, idealmente, um conceito claro e definido que está sistematicamente relacionado com outros conceitos que criam a estrutura do conhecimento do texto ou do discurso em questão. Ora quando se faz uma tradução de um texto, depara-se com muitos termos que devem ser traduzidos para a língua de chegada. No entanto, há termos que não têm equivalentes, ou variantes, na língua de chegada, portanto, os tradutores estão sempre a lidar com essas variantes, exceto quando um conceito tem apenas uma designação. Os tradutores necessitam de fazer a sua própria pesquisa para perceber em que contexto é que tal variante é aceitável ou não (Sager, 2008: 261).

Portanto, os tradutores devem ter em consideração o seguinte, afirmado por Sager (2008, 261):

- ➔ A distinção entre a estrutura terminológica-linguística e a conceptual;
- ➔ A coexistência de estruturas conceptuais paralelas que por vezes são condicionadas pela cultura ou pela língua e que, por vezes, ocorrem no mesmo grupo linguístico;
- ➔ A completa dependência nas definições como o único ponto de acesso e como ponte entre os conceitos e os termos.

2.4. A equivalência e a tradução jurídica

A equivalência é um termo que é utilizado para referir a relação que existe entre o texto de chegada e o texto de partida. A equivalência é vista como um tema de preocupação para os que estudam a disciplina da tradução, devido a ser um tema que causa discussão e que acaba por dividir muitos, devido a inúmeras teorias apresentadas por diversos autores, como Mona Baker, Eugene Nida, entre muitos outros (Palumbo, 2009: 42).

Esta relação pode ser de semelhança, mas isto leva à problemática na definição de unidades de comparação que especifiquem *esta* semelhança. Palumbo (2009: 42) apresenta três questões sobre este nível de semelhança, se é a nível de palavras ou frases; como é que esta similaridade é definida e até que ponto as características entre o texto de partida e chegada são parecidas, por exemplo, se a nível do significado, do contexto ou da função.

Encontrar equivalentes que queiram dizer a mesma coisa na língua de partida e na língua de chegada é um processo que, por vezes, pode ser difícil, mas este torna-se ainda mais complicado na tradução jurídica (Biel, 2008). Isto tem a ver com o facto de que nem sempre os tradutores têm o tempo desejado para realizar uma pesquisa mais profunda sobre a legislação e o direito.

A tradução jurídica é um tipo de tradução de especialidade que envolve uma comunicação interlinguística num contexto jurídico:

Many aspects of translation, in particular in the field of LSP, transcend cultural boundaries and are, in some sense, universal. Simplifying somewhat, translation can be depicted as a domain of socioculturally determined linguistic behaviour with both culture-specific and universal components. (Wilss cit. em Biel, 2008: 22)

Em comparação com outros tipos de tradução de especialidade, a tradução jurídica tende a conter mais componentes específicos de uma cultura do que propriamente componentes universais como a medicina, ciência ou a tecnologia, devido à natureza da terminologia jurídica, pois os conceitos jurídicos são, normalmente, produto de um sistema jurídico (Biel, 2008). Estes conceitos têm

várias características como a sua história, princípios, padrões e estão, claramente, designados a responder às necessidades de um país específico. Tal leva a incongruência de conceitos jurídicos entre sistemas jurídicos, refletindo-se na procura de equivalentes corretos.

Muitos terminólogos, como Gizbert-Studnicki (cit. em Biel, 2008: 23), veem os conceitos jurídicos como “atalhos” que ligam um número de factos a um número de consequências:

A legal concept is an abstract general notion or idea which serves as a category of legal thought or classification, the title given to a set of facts and circumstances which satisfies certain legal requirements and has certain legal consequences... These and other similar concepts are the terms of legal thought and expression, in that doctrines, principles and rules are built up of them and legal consequences attach to them. So, if a court holds that the relationship between two persons was a ‘marriage,’ there immediately attach to them all the legal consequences which many statutes, cases and authoritative books have prescribed as the legal consequences of marriage, such as the duty to adhere and to aliment, the inability of either to marry another, and so on (Walker cit. em Biel, 2008: 24)

Esta citação destaca, ainda, a intertextualidade dos conceitos jurídicos em que os significados dos mesmos podem ser adaptados e estabilizado por outras fontes, incluindo a legislação e *case law*. Por esta razão, supõe-se que um número de factos e as suas respetivas consequências raramente serão idênticos em dois sistemas jurídicos. Portanto, os termos quase nunca terão a mesma semântica na língua de partida (LP) e na língua de chegada (LC), questionando, assim, como surge a equivalência na tradução jurídica.

Cheng & Sin (2008: 37) abordam esta questão da equivalência na tradução jurídica como uma operação dupla: uma transferência jurídica e uma linguística. Isto é, a equivalência da função jurídica e a equivalência da função comunicativa, respetivamente. No entanto, os autores (2008: 37), alertam que nem todas as traduções jurídicas têm equivalência jurídica, porque nem todos os textos de partida têm efeitos jurídicos, ou se têm, estes podem não ter efeitos jurídicos em

diferentes jurisdições (textos de chegada), pois diferentes jurisdições acarretam complicações na equivalência jurídica.

Em termos gerais, os métodos de tradução passam por *foreignising* (ou estrangeirização, isto é, equivalentes baseados na LP) e *domesticating* (domesticação, isto é, equivalentes baseados na LC), onde o primeiro “tenta evocar um sentido de estrangeiro” e o último envolve a assimilação à cultura da LC e pretende permitir compreensão imediata (Venuti cit. em Biel, 2008: 24).

Venuti (cit. em Biel, 2008: 24) refere que as estratégias de estrangeirização têm sido mais usadas na tradução literária, ao contrário da tradução técnica, onde são mais usadas as estratégias de domesticação. A primeira abordagem pode criar obstáculos a uma comunicação entendível, sendo assim preferível a segunda abordagem, até mesmo numa tradução de especialidade, pois os tradutores têm a função de fornecer textos traduzidos de fácil compreensão tentando sempre quebrar as barreiras entre as línguas e as culturas (Biel, 2008: 24-25).

Este paradigma centrado no texto de chegada também é observado na tradução jurídica: Engberg (cit. em Biel, 2008: 25) refere que a tradução jurídica é percebida como um texto independente que consegue “funcionar por si só numa nova situação sem ser necessário recorrer ao texto de partida”. No entanto, esta mudança não é sempre estendida aos termos jurídicos e as opiniões dividem-se em relação à sua aceitabilidade na tradução jurídica.

Há autores que opinam que a equivalência dinâmica é o método ideal para este tipo de tradução de especialidade. Este método foi introduzido por Eugene Nida, durante o século XX, em contraste com a equivalência formal, em que a mensagem do texto de partida é transportada para a língua de chegada numa maneira em que a perceção do público-alvo da LC é basicamente a mesma que o público-alvo do LP (Palumbo, 2009: 40). Palumbo refere também que este é o método orientado para os leitores da LC citando Nida (cit em Palumbo, 2009: 172) “o equivalente natural mais próximo à mensagem da língua de chegada” em que o “natural” se refere a que a tradução tem que ser ajustada à cultura da língua de chegada, ao contexto da mensagem e ao público-alvo de chegada (Palumbo, 2009: 172). Nida (cit. em Palumbo, 2009: 172) menciona 4 requisitos para uma equivalência dinâmica: (1) tem que fazer sentido, (2) comunicar a mensagem do original (3) ter um modo de expressão fácil e (4) produzir uma perceção

semelhante. Outros autores têm uma opinião diferente, como Šarčević que refere que este método condiciona os equivalentes baseados na língua de chegada num nível de incongruência entre os conceitos do texto de partida e do de chegada (Biel, 2008: 25).

Outro obstáculo que pode limitar a aplicabilidade de equivalentes dinâmicos na tradução jurídica é o de determinar qual o sistema jurídico e respetivo público-alvo (Biel, 2008: 25). Através de uma análise do texto é possível entender algumas coisas sobre este assunto, mas isto é raro. Não existem problemas em traduzir para uma língua que apenas tenha uma variante como o polaco, mas o contrário pode ser complicado, principalmente se se falar da língua inglesa, pois poderemos estar a traduzir para Canadá, ou para os EUA, ou até mesmo para o Reino Unido. Caso estejamos a traduzir para este último, há que saber se vamos traduzir para a Inglaterra ou para a Escócia, pois ambos têm sistemas jurídicos diferentes (Biel, 2008: 25). Outros exemplos são a língua francesa, pois pode-se estar a traduzir para a França ou para a parte francesa do Canadá, ou a língua portuguesa, pois existem as variantes do português europeu e do português do Brasil.

A tradução pode ser destinada a um público europeu que não tem o inglês como língua materna, mas é uma língua franca usada para os textos em línguas com uma difusão limitada. Weston (cit. em Biel, 2008: 25) diz que é muito provável que uma tradução inglesa seja lida por um falante não nativo e não por um falante nativo. A questão aqui prende-se com o facto deste público-alvo querer ou não uma tradução baseada na *common law*. Quando é complicado identificar o público-alvo, torna-se igualmente complicado encontrar equivalentes baseados na língua de chegada. Portanto, o tradutor deve encontrar um equivalente da língua de chegada, que segundo Šarčević (cit. em Biel, 2008: 25-26) é um “termo que designa um conceito ou instituição do sistema jurídico de chegada tendo a mesma função de um conceito particular no sistema jurídico de partida”.

Apesar da tarefa de traduzir não estar contemplada neste projeto, é necessário entender que tipo de processo de tradução é que deve ser utilizado para este género textual: será que deve utilizar uma tradução documental ou uma tradução instrumental?

A tradução documental e a instrumental foram processos introduzidos por Christiane Nord nos anos 60. O primeiro processo tem como objetivo a passagem do texto de partida para um texto de chegada idêntico a nível de estrutura e conteúdos do texto, sendo que o texto de chegada tem como público-alvo, aquele que tem interesse em entender o texto de partida, sem que o documento – neste caso, um contrato – tenha valor jurídico na cultura de chegada. Contudo, se o objetivo do tradutor for que o texto de chegada – o contrato - funcione como um texto que tenha valor jurídico na cultura de chegada, cumprindo os seus requisitos legais, a sua estrutura e as suas leis, o texto de partida, aquando da sua tradução, tem que sofrer alterações de maneira a poder estar em conformidade com os contratos portugueses, sendo necessário, então, uma tradução instrumental (Lopes, 2011: 114). No presente projeto, há que ter em consideração uma tradução documental, porque não é objetivo do autor do presente trabalho que os documentos em análise tenham qualquer tipo de vínculo legal. Além disso, nos contratos que foram analisados está expresso que estes apenas têm valor jurídico nos seus países de origem, não fazendo sentido optar por uma tradução instrumental, até porque para este processo seria necessária a intervenção, além da do tradutor, de outras pessoas, como advogados.

Como já foi referido, no presente projeto não foi elaborada a tradução total dos documentos, mas sim de apenas alguns termos. Porém, é sempre necessário ter em conta esta dicotomia, pois um termo pode ter um equivalente, mas caso seja necessária uma tradução instrumental, tal equivalente pode ter que mudar para se adaptar às leis do país da língua de chegada.

3. Metodologia do trabalho

É importante estabelecer desde o início o tema central do trabalho e tudo aquilo que está relacionado com o mesmo. Portanto, e como vem sendo referido, o tema central é o contrato de compra e venda e o seu produto final é uma base de dados terminológica em inglês e português.

Sendo o trabalho terminológico uma tarefa longa e, por vezes, complicada, alguns autores delimitam alguns métodos, de maneira a estruturarem o trabalho terminológico para que quem realize esta tarefa saiba, diretamente, o que tem que fazer poupando tempo. Alguns desses autores são Pavel & Nolet (2002: 32-58) que estruturam o trabalho terminológico da seguinte maneira:

- 1) Identificar e avaliar os documentos;
- 2) Delimitar o tema para analisar os termos mediante um sistema de classificação;
- 3) Estabelecer a árvore de conceitos a serem definidos;
- 4) Extrair os termos da língua de partida;
- 5) Estabelecer a nomenclatura terminológica unilingue baseada na árvore de conceitos;
- 6) Compilar os dados extraídos para elaborar *dossiers* terminológicos;
- 7) Registrar os termos em fichas terminológicas;
- 8) Rever as fichas de maneira a que eles respeitem as normas de pesquisa, redação, citação e difusão;
- 9) Registrar as fichas numa base de dados e verificar se está tudo em conformidade através de uma revisão;
- 10) Gerir o conteúdo terminológico em função da especialidade, do uso linguístico e das necessidades dos seus utilizadores.
- 11) Extrair os dados segundo o tipo de produto pedido pelo cliente

No entanto, para o presente projeto, estas 11 etapas foram resumidas em apenas 5, que são:

- a) Identificação e avaliação dos documentos;
- b) Identificação e extração dos termos;

- c) Compilação dos termos extraídos e respetivos equivalentes em português;
- d) Registo dos termos extraídos e equivalentes em fichas terminológicas utilizando *software*;
- e) Revisão final.

3.1. Identificação e avaliação dos documentos

A primeira etapa iniciou-se com a recolha de documentos pertinentes – contratos de compra e venda – em inglês para que fossem lidos e analisados de maneira a compreender a sua estrutura e tipologia. Durante a recolha, foram identificados muitos contratos de compra e venda, de muitos tipos; no final, foram seleccionados cerca de uma dúzia de contratos de compra e venda de tecnologia.

Assim, o presente projeto baseia-se em 4 documentos, que estão caracterizados nas seguintes tabelas. Estas tabelas têm como objetivo principal fazer uma caracterização destes textos, e estão estruturadas com base em alguns critérios que serão importantes para o trabalho terminológico. De facto, pode parecer um *corpus* pequeno, devido ao número de textos ser tão reduzido, mas esta decisão tem a ver com o facto dos outros contratos de compra e venda serem semelhantes e apresentarem os mesmos termos.

As tabelas contêm o título do documento e seus autores, a sua proveniência, a língua e, se tal se verificar a sua variante (inglês dos EUA ou do Reino Unido, por exemplo), a data do documento, caso exista, o que permite avaliar o quão atual é o texto e a terminologia usada. Inicialmente, é necessário o enquadramento de cada documento num determinado tipo de texto jurídico. Apesar de todos os documentos usados serem contratos de compra e venda, é bastante importante ter em consideração o tipo de textos que estamos a trabalhar, pois poderá influenciar algumas decisões relativas aos equivalentes dos termos. É, também, apresentada uma breve descrição do documento, focando-se especialmente na estrutura do documento, extensão e algumas particularidades que possam existir.

Título	<i>Personal computer purchase agreement</i>
Proveniência	NorthernTel (www.northerntel.ca) – Canadá
Autor	NorthernTel
Língua	Inglês
Data	Não especificado
Tipo de texto	Contrato de compra e venda
Descrição	O principal objetivo do contrato é informar o comprador dos termos e condições que estão ligados à compra de um computador da NorthernTel. O contrato não é muito extenso, sendo que utiliza uma linguagem direta. No final, apresenta um formulário relacionado com o tipo de computador que é possível comprar.

Tabela 1 – Caracterização do documento 1

Título	<i>System hardware purchase agreement</i>
Proveniência	Exelon (www.exeloncorp.com) - EUA
Autor	Exelon
Língua	Inglês
Data	Não especificado
Tipo de texto	Contrato de compra e venda
Descrição	O texto informa de tudo o que é necessário fazer para que alguém possa vender os <i>softwares</i> à Exelon. O contrato é bastante extenso, visto que informa detalhadamente todos os procedimentos. Tem vários anexos/apêndices sendo que um deles é reservado a definições de algumas palavras que aparecem ao longo do contrato.

Tabela 2 - Caracterização do documento 2

Título	<i>Internet services and computer equipment purchase agreement</i>
Proveniência	Cablevision (http://www.cablevision.qc.ca/en/) - Canadá
Autor	Cablevision
Língua	Inglês
Data	Não especificado
Tipo de texto	Contrato de compra e venda
Descrição	Este texto é bastante semelhante ao da tabela 1, visto que têm o mesmo objetivo. Portanto, tal como o texto referido não é muito extenso, pois é muito sucinto e claro. Apresenta um anexo/apêndice relacionado com os computadores que podem ser comprados.

Tabela 3 - Caracterização do documento 3

Título	<i>Technology purchase agreement terms & conditions</i>
Proveniência	Gsolutionz (http://www.gsolutionz.com/) - EUA
Autor	Gsolutionz
Língua	Inglês
Data	Não especificado
Tipo de texto	Contrato de compra e venda
Descrição	O principal objetivo do contrato é informar o comprador dos termos e condições que estão ligados à compra dos serviços de tecnologia ou <i>hardware</i> da Gsolutionz. O contrato não é muito extenso, sendo que utiliza uma linguagem direta e sucinta.

Tabela 4 - Caracterização do documento 4

Como já mencionado anteriormente, todos os documentos são contratos de compra e venda, e o seu objetivo é estabelecer uma relação entre um comprador e um vendedor.

Em relação à sua estrutura, a maioria dos documentos tem uma organização bastante similar.

Inicialmente, são apresentadas as Partes. Além de serem identificadas, é também referida qual a sua posição (se comprador, se vendedor) no negócio jurídico. É assim necessário que o tradutor seja capaz de encontrar maneiras para traduzir tais termos não só a nível das denominações reconhecidas na língua de chegada, mas também no que diz respeito ao nível legal.

Posteriormente, são apresentadas detalhadamente todas as condições do contrato. A maioria dos contratos apresenta as condições, enumerando-as, ou então apresentando-as através de tópicos e subtópicos. Há, porém, um documento que apresenta as suas condições através de cláusulas. É através destas que estão determinados alguns aspetos como as consequências associadas ao negócio, as responsabilidades de ambas as partes, os tipos de pagamento, entre outros. Esta parte dos tópicos e das cláusulas é aquela que pode revelar-se mais crítica no sentido em que qualquer aspeto que seja mal traduzido e/ou explicado pode pôr em causa o objetivo do negócio e se o mesmo irá ter sucesso ou não. É então importante que o tradutor consiga interpretar estes aspetos cuidadosamente, mantendo-se fiel ao texto original, de maneira a que consiga transmitir as informações apresentadas no texto de partida.

Por último, o documento termina com a assinatura de ambas as partes. É necessário, caso se verifique, que se tenha atenção a aspetos como a data ou

características do país, por exemplo. Além disso, alguns documentos apresentam anexos/apêndices após a assinatura das partes.

3.2. Identificação e extração dos termos

A extração consiste em retirar do *corpus* os termos que se considerem próprios do campo de especialidade em que se está a trabalhar. Após a identificação dos termos e a delimitação do segmento em que eles estão, determina-se a sua adequação para o trabalho.

Relativamente à organização das fichas terminológicas, cada entrada será apresentada da seguinte maneira:

- 1) O termo em inglês tal como foi extraído dos documentos analisados;
- 2) Definição em inglês do termo e a sua fonte;
- 3) Exemplo do contexto em que se insere o termo e a sua fonte;
- 4) Equivalente em português;
- 5) Definição em português do termo e a sua fonte;
- 6) Exemplo do contexto em que se insere o termo e a sua fonte;

É de notar que não foi adicionado nenhum campo relacionado com o género nem número do termo, pois, na minha opinião, é uma informação que não releva tamanha importância, visto que o público-alvo são tradutores portugueses que conhecem de antemão tanto o género e o número do termo. No que diz respeito à língua inglesa, esta não é flexionada em género, sendo que é descrita como sendo neutra.

Os termos inseridos nas fichas estão no singular e com letra minúscula. Já os verbos aparecem no modo infinitivo, mesmo que não apareçam nos documentos neste modo.

Tanto as definições em inglês como em português estão adequadas ao domínio técnico, de maneira a que os termos possam ser entendidos mais facilmente.

3.2.1. Recursos usados na pesquisa de equivalentes, definições e contextos

De maneira a encontrar os equivalentes, definições e contextos foram utilizados alguns recursos como dicionários ou *websites*.

No que diz respeito aos equivalentes, após a extração dos termos utilizei dois dicionários jurídicos bilingues que apresentam o termo em inglês e a sua tradução. Cada entrada nestes dicionários continha várias traduções, sendo que, posteriormente, foi necessário escolher o equivalente correto. Os dicionários utilizados foram “Dicionário jurídico, português-inglês/inglês-português” de Maria Chaves de Mello e “Dicionário jurídico, inglês-português” de Maria Paula Gouveia Andrade e Álvaro Dias Saraiva.

Porém, existiam termos em inglês que não estavam contemplados nestes dicionários, pelo que foram utilizados outros recursos como o ProZ, que contém uma ferramenta terminológica chamada KudoZ. Esta ferramenta permite a pesquisa e a consulta de resultados terminológicos, ou seja, é possível colocar questões e ver bastantes dúvidas terminológicas solucionadas por tradutores recorrendo a contextos e exemplos. Além disso, foram também utilizados o Linguee, uma base de dados que fornece segmentos onde são utilizados os termos e as respetivas fontes e também o IATE (*InterActive Terminology for Europe*), que apesar de ser uma base de dados já um pouco obsoleta, ainda consegue ser uma mais-valia na pesquisa de alguns termos.

O recurso mais utilizado para os contextos na língua portuguesa foi o EUR-Lex que é um *website* gratuito que permite a navegação por vários documentos da União Europeia. O sítio contém imensos documentos, sendo que a sua base de dados é atualizada frequentemente. É possível, também, aceder ao Jornal Oficial da União Europeia.

Em termos de pesquisa, o EUR-Lex permite visualizar um documento em várias línguas, sendo que uma das vantagens deste sítio é o facto de se poder ver e ler os textos em diferentes línguas, paralelamente. É assim uma função crucial para um tradutor na leitura paralela e na validação de termos, pois é uma fonte muito fiável e legítima.

Em relação às definições portuguesas, muitas delas foram extraídas de dicionários portugueses como o “Priberam” ou a “Infopédia”. Além disso, foi também utilizado o reconhecido “Dicionário jurídico Volume I” de Ana Prata, que é um dicionário bastante fiável e legítimo, e que ajudou nas definições de alguns termos em português. No que diz respeito às definições em inglês, foram utilizados dicionários *online*, maioritariamente, o “The Law Dictionary”, que contém entradas do “Black’s Law Dictionary”, já referido no presente projeto, o “Business Dictionary” e o “Investopedia”. Todos os *url* serão listados no final do documento.

3.3. Compilação dos termos extraídos

Aquando da extração dos termos, estes foram listados num documento Excel como os seguintes campos: *English* (o termo), *definition* (definição do termo), *definition source* (fonte da definição) e *context* (contexto do termo) e os mesmos campos para o equivalente em Português, como se pode ver na Ilustração 1:

	English	Definition	Definition Source	Context	Portuguese	Definition	Definition Source	Context
5	bill of sale	Document (such as an invoice) by which ownership (title) of goods or property is transferred.	http://www.businessdictionary.com/definition/bill-of-sale.html	"...Vendor shall execute and deliver a bill of sale acceptable to Exelon for Equipment."	comprovativo de venda	Recibo que prova a existência de um serviço que foi fornecido em troca de dinheiro, sem valor fiscal.	"...na entrega ou antes dela, conforme comprovativo de venda do fabricante."	http://eur-lex.europa.eu/leg al-content/EN-PT/TXT/?qid=1508638888630&uri=C ELEX-32014R0654&from=EN
6	breach	If the party does not fulfill his contractual promise, or has given information to the other party that he will not perform his duty as mentioned in the contract or if by his action and conduct he seems to be unable to perform the contract, he is said to breach the contract.	http://thelawdictionary.org/breach-of-contract/	"... would constitute a breach of any such representation, warranty or covenant."	violação	Desrespeito de norma, lei, acordo, etc.	"Responder a violações, por países terceiros, das regras do comércio internacional que afetam os interesses da União, a fim de encontrar uma solução satisfatória que restitua aos operadores económicos da União as vantagens de que beneficiam."	http://eur-lex.europa.eu/leg al-content/EN-PT/TXT/?qid=1508638888630&uri=C ELEX-32014R0654&from=EN
7	business day	A business day is considered every official working day of the week. Typically, these are the days between and including Monday to Friday and do not include public holidays and weekends. One who undertakes to	http://thelawdictionary.org/business-day/	"Within fifteen (15) business days following receipt of written notice..."	dia útil	Dias destinados, em princípio, ao exercício de actividades profissionais.	"...Da útil... dia em que o prestador de serviços de pagamento relevante se encontra aberto para a execução de uma operação de pagamento;"	http://eur-lex.europa.eu/leg al-content/EN-PT/TXT/?qid=1508638888630&uri=C ELEX-32014R0654&from=EN

Ilustração 1 - Representação da folha Excel com os termos e respetivas definições

Ao analisar a folha de Excel podemos concluir que, à primeira vista, ela parece ser um pouco confusa. Assim, é necessário transformar o documento Excel em algo mais organizado, acessível e que torne a pesquisa dos termos fácil e imediata. Portanto, a melhor solução para este problema é o SDL MultiTerm, que

permite fazer tudo isso com grande facilidade, sendo que também apresenta uma grande vantagem que é ser compatível com outros *softwares* de tradução assistida, como o SDL Trados.

A tradução continua a ter cada vez mais recursos que ajuda o processo de traduzir e fazem com que o produto final tenha mais qualidade e consistência. Por isso, estas ferramentas, quando bem utilizadas, são uma mais-valia para qualquer tradutor, sendo que o autor do presente projeto recomenda vivamente o seu uso.

O SDL MultiTerm é uma ferramenta de armazenamento e organização terminológica, através da qual é possível criar bases terminológicas em várias línguas. Como já mencionado, uma das suas vantagens é poder ser implementada noutras ferramentas com o SDL Trados. Por exemplo, se um tradutor estiver a traduzir um contrato de compra e venda no SDL Trados, ele poderá recorrer à base terminológica criada e sempre que aparecer um termo que esteja presente na mesma base, o *software* reconhecerá o termo e apresentará a sua tradução. Este reconhecimento contribui para um processo de tradução mais rápido, visto que diminui o tempo de pesquisa, e aumenta a qualidade do texto de chegada devido à coesão que este irá apresentar.

As bases terminológicas podem ser criadas de duas formas: ou de raiz – utilizando um modelo predefinido pelo SDL MultiTerm, ou através da importação de ficheiros. Portanto, e uma vez que já havia sido criado um ficheiro Excel, seguiu-se a importação de ficheiros, para que não fosse necessário criar a base terminológica desde início. Sendo o SDL MultiTerm um *software* bastante utilizado e atualizado, este traz consigo uma outra ferramenta que permite a conversão de ficheiros. Assim sendo, o ficheiro .xls do Excel foi convertido para o ficheiro do SDL MultiTerm.

O *software* é bastante intuitivo e de fácil utilização para que o tradutor não perca muito tempo. Portanto, a criação de uma base terminológica é bastante simples. Inicialmente, deve-se identificar a base terminológica, a sua organização e as línguas que a constituem. Posteriormente, é necessário organizá-la segundo os campos que irão conter informação – no presente projeto, estes campos são o termo em estudo, a definição, o contexto e as respetivas fontes.

A Ilustração 2 mostra claramente a representação final da ficha terminológica. O termo encontra-se ao centro e a informação do mesmo abaixo

dele. Os restantes termos encontram-se no lado esquerdo. Note-se que o tradutor pode efetuar, a qualquer momento, as alterações que considerar pertinentes, como por exemplo adicionar campos, editar definições, entre outros.

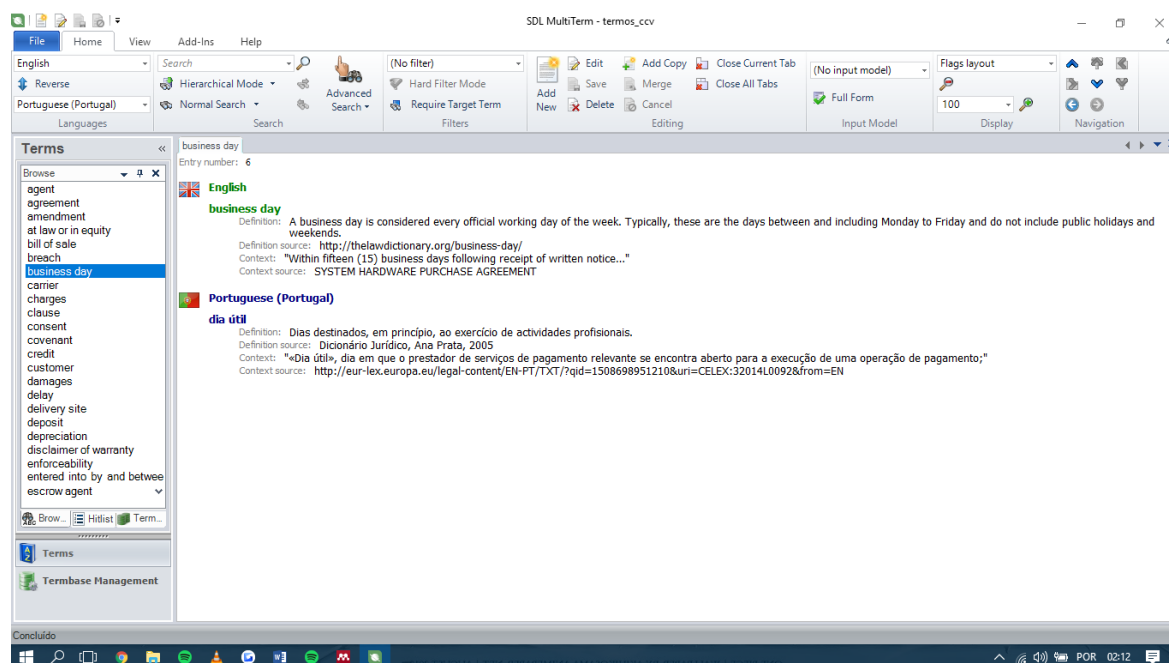


Ilustração 2 - Representação da base de dados terminológica através da ferramenta SDL MultiTerm

3.5. Os problemas que surgiram e como foram superados

Normalmente, somos confrontados com vários problemas que devem ser solucionados de uma maneira ou de outra. Este trabalho não foi exceção à regra, sendo que apresentou vários problemas desde a sua conceção.

O primeiro problema que ocorreu foi a escolha do tema central do trabalho. As aulas durante o mestrado deram a possibilidade aos alunos de conhecerem textos jurídicos dos quais nunca tenham ouvido falar. Desde cartas rogatórias, contratos ou testamentos, muitos tipos de textos jurídicos passaram pelos nossos olhos, mas aquele que mais me marcou foram realmente os contratos. Na minha opinião, deram-me gosto em traduzir e achei a terminologia bastante rica. Assim, decidi fazer algo relacionado com os contratos, mas sabia que era um tema que já tinha sido analisado, anteriormente. Portanto, e juntamente com a minha orientadora, decidiu-se abordar os contratos de compra e venda, que é um tipo de contrato cada vez mais utilizado nos dias de hoje, devido à globalização e ao facto de cada vez haver mais transações.

Estando o tema decidido, foi necessário recolher o material necessário para o desenvolver. Assim foram feitas várias pesquisas de contratos de compra e venda, para que estes pudessem ser analisados e também para fazer a extração terminológica. Como já referido no presente trabalho, existem vários contratos de compra e venda que se referem a vários géneros: uns dizem respeito a bens imóveis, outros a carros, entre outros. Foi necessário que o trabalho se cingisse apenas a um género, e o escolhido foi o dos contratos relacionados com a tecnologia.

O trabalho relacionado com os termos foi aquele que apresentou mais problemas, devido a ser aquele que envolve mais prática. A extração terminológica revelou ser um pequeno problema devido aos termos que iriam ser extraídos. Foi necessário estabelecer alguns critérios para realizar esta operação, sendo que estes recaíram sobre a frequência com que eles apareciam no corpus e também saber distinguir as palavras mais “técnicas” das do discurso corrente.

A fase que trouxe mais problemas foi mesmo a da pesquisa dos equivalentes em português. Alguns equivalentes foram retirados, como disse, de dicionários jurídicos bilingues, mas para os termos mais complexos foi utilizado o EUR-Lex, que é um *site* que eu considero como sendo bastante fidedigno, pois é gerido pelos serviços da União Europeia. A pesquisa dos equivalentes foi efetuada sem qualquer problema, mas o que se seguiu foi mais trabalhoso. Visto que o EUR-Lex é um sítio bastante fiável, parte-se do pressuposto que todos os equivalentes estejam corretos, algo que de não duvido. No entanto, quando alguns dos termos são pesquisados, muitos deles não aparecem em motores de busca como o Google. A título de exemplo, temos o termo em inglês *restocking charge*. O EUR-Lex oferece o equivalente em português “encargos de renovação”. No entanto, quando pesquisava pelo seu significado reparei que este termo não aparecia nos resultados. Assim, tive que fazer uma pesquisa mais profunda e pedi alguns conselhos a outras pessoas, e uma delas indicou-me o Guia dos Direitos do Consumidor publicado pelo Observatório do Direito do Consumo. Neste documento é referido o termo “custos de devolução” que me parece ser o equivalente mais indicado para “restocking charge”, tendo em conta a sua definição. Além disso, o termo “custos de devolução” é bastante direto, não sendo necessário uma explicação do mesmo.

Existiram também alguns problemas nos equivalentes de *bill of sale* e *invoice*. O segundo é bastante conhecido, sendo que foi facilmente usado o equivalente “fatura”. Ao procurar pelo equivalente em português de *bill of sale*, deparei-me com o termo “comprovativo de venda”. O que foi reparado, posteriormente, foi que, tanto *bill of sale* como *invoice* são dois termos bastante parecidos, visto que ambos têm praticamente o mesmo significado, sendo que *invoice* é um documento que contém mais informações do que *bill of sale*. Em Portugal, isto não acontece, portanto decidi usar “comprovativo de venda” e “fatura” como equivalentes de *bill of sale* e *invoice*, respetivamente, adaptando as definições, em que o primeiro não tem valor fiscal e o segundo tem valor fiscal.

Outro pequeno problema foi no equivalente de *period of commitment*. Ao ler o termo no contexto do contrato de compra e venda, pensei logo em período de fidelização, um termo bastante conhecido nos dias de hoje. No entanto, ao tentar confirmar a veracidade deste equivalente, deparei-me com outro termo em português: período de compromisso. De facto, este termo remete-nos para um período que será de compromisso, no caso do contrato, o compromisso em ficar com o equipamento durante algum tempo. Porém, o termo mais conhecido é “período de fidelização” pelo que será esse que figurará na base de dados.

Em relação às fraseologias, o EUR-Lex foi um bom recurso, pois forneceu as traduções em português das fraseologias inglesas.

Em suma, a maioria dos problemas ocorreu na pesquisa dos equivalentes em português e, principalmente, das suas definições. Sendo estes contratos pertencentes ao sistema da *common law*, são utilizados termos que certamente não terão o mesmo valor jurídico no sistema jurídico português. Apesar do EUR-Lex fornecer equivalentes em português, o tradutor tem de ter consciência que pode haver equivalentes que são mais próximos do termo em inglês.

Conclusão

Este trabalho deu-me a oportunidade de voltar a pôr em práticas todos os conhecimentos aprendidos aquando da Licenciatura em Tradução e do Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, principalmente as teorias que foram aprendidas tanto em relação ao ato da tradução como à terminologia.

No entanto, creio que o mais gratificante com a elaboração deste projeto foi a aprendizagem de mais conteúdos relacionados com as Ciências Jurídicas aplicadas à tradução, visto que não importa que tenhamos bastantes conhecimentos teóricos se, no final, não os podermos pôr em prática. Creio que durante a realização do projeto, consegui aliar a teoria à prática, para obter um produto final bem-sucedido. Adicionalmente, foi interessante aprofundar ainda mais os conhecimentos relacionados com os diferentes sistemas jurídicos e entender as diferenças entre eles.

Embora já tivesse esta noção, o presente trabalho confirmou que esta área das Ciências Jurídicas não é tão fácil como parece, pois é uma área bastante complexa muito devido à sua terminologia e difícil compreensão. O tradutor necessita, assim, de ter um conhecimento alargado sobre esta área e realizar pesquisas bastante minuciosas, pois como se deu a entender, a pesquisa por equivalentes pode ser bastante melindrosa e complicada, devido aos diferentes sistemas jurídicos.

Além disso, é necessário também entender o porquê dos documentos jurídicos, neste caso os contratos, terem a estrutura que têm, saber interpretá-los, de maneira a ser produzida uma tradução fidedigna e fiável. É importante ter em conta alguns aspetos, principalmente aqueles relacionados com os processos de tradução, pois é necessário, enquanto se analisa o documento ao início, saber que tipo de tradução se vai realizar, pois isso pode influenciar algumas decisões no processo de tradução.

Embora a área das Ciências Jurídicas aplicada à tradução esteja em constante crescimento, a verdade é que não existem muitos recursos relacionados diretamente com a tradução jurídica, e em particular com a tradução jurídica em Portugal. Portanto, as estratégias e os métodos da tradução jurídica que estão ao

dispor devem ser escolhidos conscientemente pelo tradutor, visto que ele é responsável pela tradução que vai fazer.

No início do Mestrado, recordo-me que a tradução jurídica estava muito relacionada com a tradução literal e, até certo ponto, é verdade, - caso se tenha que fazer uma tradução documental - mas com a realização deste projeto percebi que nem sempre é isto que acontece, pelo que é necessário fazer uma boa análise dos textos de partida de maneira a identificar possíveis problemas que poderão ocorrer durante o ato de tradução e tentar solucioná-los previamente, de maneira a que a tradução ocorra sem qualquer tipo de problema.

Recursos bibliográficos

- Biel, L. (2008). Legal terminology in translation practice: dictionaries, googling or discussion forums? *SKASE Journal of Translation and Interpretation*, 3(1), 22–38.
- Cheng, L., & Sin, K. K. (2008). Terminological equivalence in legal translation: A semiotic approach. *Semiotica*, 172(May 2016), 33–45.
<https://doi.org/10.1515/SEMI.2008.088>
- Couto, S. L. do. (2003). *A definição terminológica: problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da Corrosão*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10216/19409>
- Falcão, J., Casal, F., Oliveira, S., & da Cunha, P. F. (n.d.). *Noções Gerais de Direito*. Porto: ResJurídica.
- Lopes, A. P. (2011). Reflexão sobre metodologias tradutivas relacionadas com o contrato de compra e venda em inglês e português: uma perspectiva funcionalista. *ELINGUP*, 3, 100–117. Retrieved from <http://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/article/view/2525/2313>
- Marques, J. D. (1992). *Noções Elementares do Direito Civil* (7th ed.). Lisboa.
- Meldrum, C. (2012). Civil Law Contracts. Retrieved April 10, 2017, from <http://www.acc.com/legalresources/quickcounsel/clc.cfm>
- Murray, J. (2017). Learn the Basics of Business Contracts and Agreements. Retrieved October 1, 2017, from <https://www.thebalance.com/basics-of-business-contracts-and-agreements-397811>
- Palumbo, G. (2009). *Key Terms in Translation Studies*. London: Continuum.
- Pavel, S., & Nolet, D. (2002). *Manual de terminologia. Public Works and Government Services Canada*.
- Pinto, C. A. da M. (1993). *Teoria Geral do Direito Civil* (3rd ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Sager, J. C. (2008). Terminology. In M. Baker (Ed.), *Routledge encyclopedia of translation studies* (pp. 251–254). London: Routledge.
- Varó, E. A., & Hughes, B. (2014). *Legal Translation Explained*. Routledge.

Código Civil:

www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis

Dicionários:

Andrade, M. P. G. & Saraiva, A. D. (1991). *Dicionário jurídico : inglês-português*. Ecla

Mello, M. C. de (1992). *Dicionário jurídico : português-inglês-português* (6th ed.). Pergaminho.

Prata, A. (2005). *Dicionário jurídico* (5th ed.). Almedina.

Recursos *online*:

Business Dictionary: <http://www.businessdictionary.com/>

EUR-Lex: <http://www.EUR-Lex.europa.eu/>

IATE: <http://iate.europa.eu/>

Infopedia: <http://www.infopedia.pt/>

Investopedia: <http://www.investopedia.com/>

KudoZ: <http://www.proz.com/kudoz/>

Priberam: <http://www.priberam.pt/>

The Law Dictionary: <http://thelawdictionary.org/>

Anexo I

Base de datos terminológica

A

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
agent	One who represents and acts for another under the contract or relation of agency.	... and appoint NorthernTel as your agent for any necessary signatures on such filings	agente	Os agentes de uma pessoa colectiva são aqueles que, por incumbência ou sob a direção dos órgãos daquela, realizam operações materiais no interesse desta.	O diretor-executivo é contratado como agente temporário da Agência, nos termos do artigo 2.o, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
agreement	A concord of understanding and intention, between two or more parties, with respect to the effect upon their relative rights and duties, of certain past or future facts or performances.	... in accordance with the terms of this Agreement	contrato	Negócio jurídico bilateral ou plurilateral, isto é, integrado pela manifestação de duas ou mais vontades diversas que se conjugam para a realização de um objectivo comum.	Além disso, é mais fácil para estes outros fabricantes celebrarem um contrato com um grossista, conseguindo assim acesso a todos os pontos de venda ligados a este agente do mercado, do que celebrar acordos com cada um dos estabelecimentos de venda a retalho.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
amendment	The correction of an error committed in any process, pleading, or proceeding at law, or in equity, and which is done either of course, or by the consent of parties, or upon motion to the court in which the proceeding is pending.	... unless such waiver, amendment or modification is in writing	alteração		Efetuando-se agora novas alterações, por razões de clareza deverá proceder-se à reformulação da referida diretiva.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
at no additional cost		Exelon may, at no additional cost itself, require Vendor to demonstrate compliance and/or compliance techniques...	sem custos acrescidos		A prestação de assistência às pessoas com mobilidade reduzida sem custos acrescidos constitui um princípio fundamental.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
audit	Formal examination of an organization's or individual's accounts or financial situation	Under the terms of the Escrow Agreement, Exelon may itself or have designated third-parties audit the escrowed Source Code...	auditoria	Diagnóstico que visa analisar a gestão e a situação financeira de uma empresa ou organismo.	Uma revisão do controlo da qualidade idónea do trabalho realizada em cada revisão legal de contas deverá conduzir a uma auditoria de elevada qualidade.

B

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
bill of sale	Document (such as an invoice) by which ownership (title) of goods or property is transferred.	...Vendor shall execute and deliver a bill of sale acceptable to Exelon for Equipment	comprovativo de venda	Recibo que prova a existência de um serviço que foi fornecido em troca de dinheiro, sem valor fiscal.	...na entrega ou antes dela, conforme comprovativo de venda do fabricante.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
breach	If the party does not fulfill his contractual promise, or has given information to the other party that he will not perform his duty as mentioned in the contract or if by his action and conduct he seems to be unable to perform the contract, he is said to breach the contract.	... would constitute a breach of any such representation, warranty or covenant.	violação	Desrespeito de norma, lei, acordo, etc.	Responder a violações, por países terceiros, das regras do comércio internacional que afetam os interesses da União, a fim de encontrar uma solução satisfatória que restitua aos operadores económicos da União as vantagens de que beneficiam;

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
business day	A business day is considered every official working day of the week. Typically, these are the days between and including Monday to Friday and do not include public holidays and weekends.	Within fifteen (15) business days following receipt of written notice...	dia útil	Dias destinados, em princípio, ao exercício de actividades profissionais.	«Dia útil», dia em que o prestador de serviços de pagamento relevante se encontra aberto para a execução de uma operação de pagamento;

C

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
carrier	One who undertakes to transport persons or property from place to place, by any means of conveyance, and with or without compensation.	... shall not be responsible in the event the carrier fails to timely make available services...	transportadora	Empresa especializada no transporte de carga ou de passageiros.	As informações relativas à segurança das transportadoras aéreas deverão ser publicadas de forma eficaz, por exemplo, através do recurso à internet.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
chief financial officer	Senior executive responsible for managing the financial actions of a company.	Within thirty (30) days after the Effective Date and on each anniversary of such date during the Term thereafter, Vendor's President or Chief Financial Officer shall certify in writing to Exelon...	diretor financeiro		...e que contou ainda com a presença do diretor comercial da BP Jorge Gonçalves, com o diretor geral da Farfetch, Luís Teixeira, com o diretor financeiro da Ribeirvalves, Vicente Pedro Nunes

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
charges	The expenses which have been incurred, or disbursements made, in connection with a contract, suit, or business transaction.	These charges will be included directly in a subsequent monthly invoice...	taxas	Regulamento que estabelece as custas dos processos judiciais.	os aeroportos oferecem uma série de instalações e serviços relacionados com a operação de aeronaves e o processamento de passageiros e carga, cujos custos recuperam geralmente mediante a cobrança de taxas aeroportuárias."

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
clause	A single paragraph or subdivision of a legal document, such as a contract, deed, will, constitution, or statute. Sometimes a sentence or part of a sentence.	This clause defines NorthernTel's entire liability to you or others in respect of the infringement...	cláusula	Elemento do conteúdo do negócio jurídico, que revela da parte do autor ou das partes.	...que aplica a cláusula bilateral de salvaguarda e o mecanismo de estabilização para as bananas do Acordo Comercial entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, a Colômbia e o Peru, por outro lado

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
consent	A concurrence of wills. Consent in an act of reason, accompanied with deliberation, the mind weighing as in a balance the good or evil on each side.	Northern Tel shall be permitted to assign this Agreement without seeking such consent from you.	consentimento	Conformidade de juízos, opiniões ou sentimentos, relativamente a algo ou a alguém, por parte da maioria ou da totalidade dos membros de um conjunto de indivíduos.	Esta cooperação não deverá abranger aspetos de natureza intrinsecamente nacional, como o consentimento esclarecido.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
covenant	An agreement convention, or promise of two or more parties, by deed in writing, signed, sealed, and delivered, by which either of the parties pledges himself to the other that something is either done or shall be done, or stipulates for the truth of certain facts.	The representations, warranties and covenants provided by Vendor under this Agreement will not be affected by Exelon's modification of any portion of the System...	acordo	Encontro ou convergência das manifestações das vontades das partes num contrato.	Em consequência, o relatório final do projecto de geminação não comparou sistematicamente os resultados com os objectivos e os resultados descritos no acordo, nem fez uma distinção entre os resultados da geminação e os resultados fruto da assistência técnica.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
credit	An entry on the right-hand side of an account record in double entry bookkeeping. It has the effect of decreasing an asset or expense account, or of increasing a capital, liability, or revenue account.	...grant you a credit for such Equipment in accordance with a five (5) year straight-line...	crédito	Quantia de dinheiro posta à disposição de alguém.	O desenvolvimento de um mercado de crédito mais transparente e mais eficiente dentro desse espaço é vital para a promoção do desenvolvimento das atividades transfronteiriças e para a criação de um mercado interno de contratos de crédito para imóveis de habitação.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
customer	A party that receives or consumes products (goods or services) and has the ability to choose between different products and suppliers.	Cablevision undertakes to provide to business customers (the "Customer") the Service...	cliente	Pessoa que requer serviços mediante pagamento.	...e forneceram informações sobre os regimes de dever de diligência atuais para cumprir os seus objetivos de responsabilidade social, para satisfazer as exigências dos clientes ou para garantir a segurança dos aprovisionamentos.

D

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
damages	Loss, injury, or deterioration, caused by the negligence, design, or accident of one person to another, in respect of the latter's person or property.	...these charges represent a reasonable estimate of damages suffered by NorthernTe as a result of your termination of the Service...	danos	Prejuízo material (perda ou deterioração de um bem, realização de uma despesa, perda de um ganho...) ou moral (sofrimento físico ou psicológico, atentado à dignidade, ao respeito da vida privada...) sofrido por uma pessoa, por facto de um terceiro.	O Tribunal de Justiça é competente em qualquer litígio relativo à reparação de tais danos.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
delay	Unplanned deferment of a scheduled activity because of some thing or occurrence that impedes its commencement or continuation.	...under this Agreement or from any delay in delivery of the Equipment due to fire...	atraso	Não dar expediente tão rápido como é devido.	Considerou em especial que, ao determinar se um tratamento de igual eficácia pode ser obtido sem atraso indevido, as autoridades nacionais devem ter em conta todas as circunstâncias de cada caso específico, isto é, não só a condição médica actual do doente como todo o seu historial de saúde.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
delivery site	An agreed specific location in where a object will be delivered.	Vendor shall arrange for delivery of the Equipment to the delivery site identified by Exelon...	local de entrega	Determinado lugar onde será feita a entrega de um objeto, previamente acordado.	Local de entrega, de execução ou de prestação

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
deposit	A naked bailment of goods to be kept for the depositor without reward, and to be returned when he shall require it.	Cablevision may, before the signature of this Agreement, require a deposit form the Customer...	adiantamento	Dinheiro ou valores que o comprador dá ao vendedor, para segurança do contrato.	...matéria colectável uniforme, devem ser interpretados no sentido de que os montantes pagos a título de sinal no âmbito de contratos que têm por objecto a prestação de serviços hoteleiros sujeitos ao IVA

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
depreciation	The gradual conversion of the cost of a tangible capital asset or fixed asset into an operational expense (called depreciation expense) over the asset's estimated useful life.	...give you a credit for the Equipment in accordance with a linear depreciation policy based on a useful life....	depreciação	Diminuição de valor.	Os serviços da Comissão procederam a uma depreciação do valor dos produtos comprados em intervenção pública, como têm feito anualmente desde 1988.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
disclaimer of warranty	Provision in a lease, loan, or sale contract by which a lessor, lender, or seller disavows creation of an express or implied warranty with respect to the transaction.	No warranty is made by NorthernTel in connection with the performance functionality or date-related compliance of the Software or any included updates and all disclaimers of warranty and limitations of liability expressed herein..	exclusão de garantia	Aquilo que não é coberto pela garantia.	A presente exclusão de garantia constitui um elemento essencial da licença e uma condição para a concessão de quaisquer direitos sobre a obra.

E

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
end user	True consumer of a product or service.	...the user Documentation for the System will accurately describe in terms understandable by a typical end user the functions and feature of the System...	utilizador final		Demonstraria que, progressivamente, o utilizador final está disposto a aderir a este processo.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
enforceability	An enforceable law, rule, contract, etc. is one that people can be made to obey.	...shall not affect the legality or validity or enforceability of the remainder of this Agreement...	aplicabilidade		

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
entered into by and between		This System Hardware Purchase Agreement, effective as of _____, 200__ (the “Effective Date”) is entered into by and between _____, a _____ with offices at _____ (“Vendor”), and [insert the EXELON entity] [acting by and through its agent, Exelon Business Services Company], a Pennsylvania corporation with offices at 10 South Dearborn Street, Chicago, Illinois 60603 (“Exelon”).	celebrado entre		O Contrato Coletivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo celebrado entre a FENPROF e a AEEP continua em vigor enquanto não existir despacho em contrário do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS).

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
escrow agent	A third-party entrusted to hold asset or content while a disagreement over the assets is resolved or an event triggering the use of the assets occurs.	...for such initial and subsequently delivered Software to a recognized third-party escrow agent...	agente depositário		O registo celebrará um acordo, a expensas próprias, com um terceiro de confiança ou outro agente depositário estabelecido em território comunitário...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
escrow agreement	Document containing the reason for escrow, what is escrowed, the conditions for holding and releasing escrow, and what to do with the escrowed items when escrow ends.	...a recognized third-party escrow agent under a duly executed escrow agreement	acordo de depósito de garantia		O registo deve estabelecer um acordo de depósito de garantia (escrow) adequado para assegurar a continuidade do serviço e, em particular, para garantir que, em caso de redelegação ou outras circunstâncias imprevistas, seja possível continuar a prestar serviços à comunidade internet local com uma descontinuidade mínima.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
excise	Indirect tax charged on the sale of a particular good	...Exelon with reimburse Vendor for any federal, state, or local sales, use, excise, or similar tax applicable...	imposto de consumo		A criação de um sistema informatizado deve igualmente permitir simplificar a circulação intracomunitária dos produtos em regime de suspensão de impostos especiais de consumo.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
expenses	Money spent or cost incurred in an organization's efforts to generate revenue, representing the cost of doing business.	Client agrees to reimburse Gsolutionz for all expenses including reasonable attorney's fees...	despesas	Qualquer desembolso de dinheiro.	No que se refere ao orçamento relativo a dotações administrativas, a gestão das dotações da direcção-geral e do gabinete do comissário deve ser rigorosamente separada quanto a aspectos como as despesas de deslocações em serviço, despesas de manutenção, etc.

F

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
facsimile	Exact copy, preserving all the marks of the original.	...will be in writing and will be deemed to have been duly given when delivered, or when transmitted by confirmed facsimile...	fac-símile	Reprodução exacta de uma escrita ou de uma estampa; cópia; imitação.	Pela aposição prévia do carimbo da estância aduaneira competente do país de exportação e da assinatura de um funcionário dessa estância, que pode ser um fac-símile;

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
F.O.B.	Used for stating that the seller is responsible for transporting goods to a ship at a particular port, and then they become the buyer's responsibility	"Shipment of the Equipment shall be F.O.B. the Delivery Site".	FOB	São as iniciais da expressão <i>free on board</i> que, aposta a um contrato de compra e venda ou de fornecimento, significa que o vendedor se obriga a colocar a coisa vendida	As importações e exportações de produtos devem ser registadas aos valores na fronteira. O total das importações e exportações é avaliado ao valor na fronteira

				a bordo de um navio, sendo o risco e as despesas até esse momento - e só até esse momento - da sua conta.	aduaneira do exportador ou free on board (FOB)
--	--	--	--	---	--

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
financing statements	A written document outlining the financing agreement between the lender and the borrower.	You acknowledge that Cablevision may file on or more financing statements or other instruments in any relevant jurisdiction...	declarações de financiamento	Documento escrito que resume o acordo financeiro entre o credor e o devedor.	A liquidação dos projectos terminados ou pendentes exige um certo período de tempo: no caso do único projecto terminado (Estugarda), afigurou-se útil aguardar os resultados do inquérito judicial em curso, que incide, designadamente, nas declarações de co-financiamento, antes de proceder à eventual cobrança dos montantes pagos.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
force majeure	Exempts the contracting parties from fulfilling their contractual obligations for causes that could not be anticipated and/or are beyond their control.	...neither party shall be deemed in default of this Agreement for delay, failure in performance, loss or damage due to any of the following Force Majeure: fire, strike, embargo, explosion...	força maior	Factos cuja verificação não era razoavelmente previsível e cujos efeitos não podiam ser evitados.	Os prazos do registo de liquidação fixados nos n.os 1, 2 e 3 não são aplicáveis em circunstâncias imprevistas ou em caso de força maior.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
full force and effect		...and the remainder of this Agreement will remain in full force and effect.	plenamente em vigor		A denúncia ou termo do presente acordo não afectará a validade dos acordos específicos concluídos entre as Partes ao abrigo do artigo 5.º, que permanecerão plenamente em vigor até ao final da respectiva execução ou até à sua denúncia.

G

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
good faith	Sometimes legally binding due diligence around the effort made, information given, or transaction done, honestly, objectively, with no deliberate intent to defraud the other party.	Exelon may withhold payment of any charges that it disputes in good faith...	boa fé	Consideração razoável e equilibrada dos interesses dos outros, a honestidade e a lealdade nos comportamentos e, designadamente, na celebração e execução dos negócios jurídicos.	A divulgação, de boa-fé, às autoridades competentes, por parte das pessoas autorizadas na aceção da Diretiva 2006/43/CE, de qualquer facto ou decisão a que se refere o n.º 1 não constitui infração de qualquer restrição, contratual ou legal, à divulgação de informações, não incorrendo a pessoa em causa em nenhum tipo de responsabilidade.

H

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
handling fee	A charge for dealing with an order or banking activity.	Be advised that a return and handling fee of twenty-five dollars (\$25,00) per computer returned will be carried to a subsequent invoicing and...	taxa de processamento	A taxa de embalagem é um método de calculo de total de encomenda que é usado para cobrar um valor suplementar para cobrir os custos de embalagem.	Deve o artigo 22.o, n.o 1, do Regulamento (CE) n.o 1008/2008 ser interpretado no sentido de que se opõe à aplicação de um regime nacional em matéria de cláusulas contratuais gerais, elaborado com base no [d]ireito da União, nos termos do qual não pode ser cobrada uma taxa de processamento aos clientes que não compareçam no voo ou que cancelem uma reserva?»

I

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
if and to the extent		If and to the extent any written Deliverable is delivered earlier or later than scheduled...	se e na medida em que		O tratamento só é lícito se e na medida em que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
illegal	Not authorized by law.	...if any provision is determined by a court of competent jurisdiction to be illegal or invalid or unenforceable for any reason whatsoever, such provision shall be severed from this Agreement...	ilegal	Inobservância de um ónus, situações em que a consequência não é uma sanção, mas apenas a inexistência de uma vantagem ou verificação de uma desvantagem.	Essa definição excluía todas as atividades ilegais.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
in witness thereof		IN WITNESS THEREOF, the Parties have cause their duly authorized representatives to sign this Agreement effective as of the Effective Date.	em fé do que		EM FÉ DO QUE, os plenipotenciários abaixo assinados, com os devidos poderes para o efeito, assinaram o presente Acordo.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
incur	To acquire or bring something upon oneself.	Please note that charges for excess use of the Service shall be invoiced and payable in the month following the month in which they are incurred.	incorrer	Ficar implicado, envolvido ou incluído em.	Subsídios a sociedades e quase sociedades públicas para cobrirem perdas persistentes em que incorram nas suas atividades produtivas em resultado de cobrarem preços inferiores aos seus custos médios de produção, no quadro da política económica e social governamental ou europeia;

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
including, but not limited to		... (including, but not limited to, calculating, comparing, storing, processing, recording, valuing, recognizing, validating, presenting, and sequencing) ...	incluindo mas não só		...para reduzir todos os riscos associados a um regime alimentar deficiente e a pouca actividade física, incluindo, mas não só, os riscos associados ao excesso de peso.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
indemnify	To give security for the reimbursement of a person in case of an anticipated loss falling upon him.	Vendor will indemnify, defend and hold harmless Exelon and its Affiliates and their respective officers (...) from any and all Losses and threatened Losses arising from, in connection with, or based on allegations of...	indemnizar	Reparar o prejuízo de uma pessoa, em razão do incumprimento ou do deficiente cumprimento de uma obrigação, da violação de um direito absoluto ou da de uma norma que projeta interesses privados.	Às ações adquiridas com o fim de indemnizar os acionistas minoritários de sociedades coligadas;

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
indemnify, defend and hold harmless		Each Party shall indemnify, defend and hold harmless the other Party, its Affiliates and their respective officers, directors, employees, agents and representatives, from any and all Losses arising from, in connection with, or based on allegations of any of the following:	indemnizar, proteger, defender		O utilizador aceita indemnizar, proteger, defender e manter-nos alheios de qualquer risco, perda, reivindicação e despesa relativas a quebra destes Termos Legais.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
indemnatee	Person who, in a contract of indemnity, is to be indemnified or protected by the other.	...will seek indemnification pursuant to any such Section, the indemnatee shall notify the indemnitor of such claim in writing.	indemnizado	Quem recebe a indemnização.	foi acrescentada no contrato de concessão uma norma determinando que o consórcio seria indemnizado em caso de visto prévio negativo do Tribunal de Contas (o que aconteceu).
English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
indemnitor	Person who is bound, by an indemnity contract, to indemnify or protect the other.	...will seek indemnification pursuant to any such Section, the indemnitor shall notify the indemnitor of such claim in writing.	indemnizador	Que ou aquele que dá dinheiro a (pessoa ou entidade) para compensar um prejuízo ou uma perda;	
English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
information technology service		...in this Agreement that are utilized in the information technology services industry or other pertinent business context shall be interpreted in accordance with...	serviço informático		Contratos públicos de serviços - Procedimento de concurso comunitário - Prestação de serviços informáticos relativos à gestão e à manutenção de um portal Internet -

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
insurance policy	Formal contract-document issued by an insurance company to an insured.	...including the Equipment or part of and all proceeds deriving from the lease, sale or other disposition of the Equipment, including proceeds from any insurance policy)...	apólice de seguro	Documento que titula o contrato celebrado entre o tomador do seguro e a empresa de seguros, de onde constam as respectivas condições gerais, especiais, se as houver, e particulares acordadas.	É importante garantir um nível elevado de profissionalismo e competência entre os mediadores de seguros, de resseguros e de seguros a título acessório e os empregados das empresas de seguros e de resseguros envolvidos em atividades de preparação, venda e pós-venda relacionadas com apólices de seguros e de resseguros.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
intellectual property rights	A right that is had by a person or by a company to have exclusive rights to use its own plans, ideas, or other intangible assets without the worry of competition, at least for a specific period of time.	...against any legal action based on a claim that the Equipment infringes, misappropriates or otherwise violates any intellectual property rights of a third party in effect as of the purchase date...	direitos de propriedade intelectual	A propriedade intelectual é um conjunto de direitos que abrange as criações do conhecimento humanos - criações intelectuais e divide-se em duas grande áreas - Direito de Autor e Direitos Conexos e Propriedade Industrial.	A comercialização de mercadorias que violem direitos de propriedade intelectual prejudica consideravelmente os titulares de direitos, os utilizadores ou grupos de produtores, e os fabricantes e comerciantes que respeitam a lei.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
invalid	Inadequate to its purpose	If any of the provisions of this Agreement shall be invalid or unenforceable, such invalidity and unenforceability shall not invalidate or render unenforceable the entire Agreement...	inválido	Qualidade do acto jurídico ao qual faltam ou em que são irregulares elementos internos essenciais, o que determina a sua insusceptibilidade para produzir os efeitos jurídicos para que tendia.	Se o Instituto ou um tribunal de marcas da UE recusar o pedido de marca da UE ou declarar a marca da UE inválida por motivos absolutos aplicáveis em toda a União ou devido a uma marca da UE anterior ou a outro direito de propriedade industrial da UE, a transformação é excluída nos termos do artigo 139.o, n.o 2, para todos os Estados-Membros.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
invoice	A non-negotiable commercial instrument issued by a seller to a buyer. It identifies both the trading parties and lists, describes, and quantifies the items sold, shows the date of shipment and mode of transport, prices and discounts (if any), and delivery and payment terms.	Payment shall be made in full by Client within terms stated on the invoice.	fatura	Documento emitido pelo vendedor, do qual constam as condições gerais da transação e o apuramento do valor a pagar pelo comprador, tendo valor fiscal.	Existe uma diversidade de normas globais, nacionais, regionais e exclusivas relativas às faturas eletrónicas, que são atualmente utilizadas nos Estados-Membros.

J

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
jurisdiction	The power and authority constitutionally conferred upon (or constitutionally recognized as existing in) a court or judge to pronounce the sentence of the law, or to award the remedies provided by law...	Each Party will promptly notify the other of any claim for taxes asserted by a taxing authority with jurisdiction over either Party.	jurisdição	Solução de conflitos concretos de interesses ou litígios através de um órgão supra-partes (o tribunal), estranho aos interesses em causa e com autoridade sobre os titulares destes.	No respeitante às pessoas coletivas, o domicílio deve ser definido de forma autónoma, de modo a aumentar a transparência das regras comuns e evitar os conflitos de jurisdição.

L

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
lawful owner	Entity that has an enforceable claim or title to an asset or property, and is recognized as such by law.	Vendor is the lawful owner of the Equipment and the lawful owner or licensee of the Software...	proprietário legal		a pessoa que coloca os produtos no mercado (sem ser retalhista autorizado) o faça com a consciência de que é o legal proprietário dos produtos e os produtos não tenham qualquer indicação de que não podem ser colocados no mercado no EEE;

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
lease	Written or implied contract by which an owner (the lessor) of a specific asset (such as a parcel of land, building, equipment, or machinery) grants a second party (the lessee) the right to its exclusive possession and use for a specific period and under specified conditions, in return for specified periodic rental or lease payments.	Client shall exercise its option to purchase or lease the Technology by either (a) or (b).	alugar	Ceder o uso e fruição de (bem móvel), por um tempo determinado e mediante pagamento.	...e que não é possível ou razoável alugar aeronaves registadas na Comunidade, caso em que a aprovação tem a duração limitada estritamente necessária para superar as dificuldades.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
legal remedy	Way a right is enforced by a court of law when injury, harm, or a wrongful act is imposed upon another individual.	Vendor may pursue all other legal remedies it may have, including monetary damages...	recurso	Processo de impugnação de um ato administrativo com fundamento na sua ilegalidade ou inconveniência, que é dirigido ao mais elevado superior hierárquico do autor do ato com o objetivo de o ver revogado ou modificado	Essas decisões devem ser imediatamente notificadas ao operador em causa, o qual será simultaneamente informado sobre os recursos possíveis previstos na legislação vigente no Estado-Membro em causa e sobre os respectivos prazos.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
liability	The state of being bound or obliged in law or justice to do, pay, or make good something.	NorthernTel shall have no liability in preparing for installation of Equipment or the Software.	obrigação	Vínculo jurídico por virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação.	Este ajustamento pode basear-se no prazo médio entre a actividade (ou a criação da obrigação) e a receita do imposto em dinheiro.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
licensee	Someone who has been issued a license.	As licensee of such rights under this Agreement, Exelon shall retain and may fully exercise all its rights and elections...	titular da licença	Que ou quem obteve licença ou autorização oficial ou formal.	O contrato de licença estipulará que o titular da licença cederá ao condado ou município onde se situa a central eléctrica um máximo de 10 % da energia hidroeléctrica...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
litigation	Ultimate legal method for settling controversies or disputes between and among persons, organizations, and the State.	...to the courts of the Commonwealth of Pennsylvania, located in Philadelphia, for all litigation which may be brought with respect to the terms...	litígio	Ação judicial que está entregue aos tribunais para apreciação e decisão sobre uma determinada situação em relação à qual as partes não se entendem	sobre as tendências em matéria de litígios relativas à aquisição, utilização ou divulgação ilegais de segredos comerciais ao abrigo da aplicação da presente diretiva.

N

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
non-performance	Failure to keep the terms of a contract or covenant, in respect to acts or doings agreed upon.	NorthernTel shall not be liable for any loss or damage resulting from non-performance by NorthernTel or its suppliers under this Agreement...	incumprimento	Quando a prestação devida deixe de ser efectuada nos exatos termos acordados ou impostos por lei.	...o juiz declara como abusiva uma "cláusula penal" que determine o pagamento de 50% do preço por incumprimento do contrato pelo consumidor...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
notice	A legal notification or warning that is delivered in a written format or through a formal announcement.	The fees enumerated previously will be subject to change without notice.	notificação	Ato de informar oficialmente alguém sobre facto ou decisão judicial ou de que é chamado a juízo.	...na sua redacção anterior às alterações introduzidas pelos Petroleum (Production) (Seaward Areas) Regulations (alteração) de 1996 e deve ser descrita na notificação.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
notwithstanding the foregoing		Notwithstanding the foregoing, neither Party shall disclose, or permit the disclosure of, the terms or conditions...	sem prejuízo do que precede		Sem prejuízo do que precede, se os artigos 4º e 9º não estiverem em aplicação no referido período de três anos, esse período será prorrogado por dois anos.

P

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
party	A person concerned or having or taking part in any affair, matter, transaction, or proceeding, considered individually.	As used in this Agreement, "Party" means either Exelon or Vendor, as appropriate, and "Parties" means Exelon and Vendor.	parte	Pessoa singular ou colectiva que intervém num negócio jurídico ou numa convenção, titulando os interesses regulados.	Todos os pedidos de consulta devem ser notificados por escrito à outra Parte.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
patent	A patent is a legal document which provides protection to the ideas of any individual.	...including the presumed violation, of a patent, a copyright or another intellectual property right...	patente	Documento que garante ao respetivo titular o direito exclusivo, de duração limitada, de fabricar, utilizar ou alienar o seu invento, e de, por consequência, impedir que outros o façam sem a sua autorização.	...os autores de pedidos de patente teriam a obrigação de indicar o centro de investigação, banco de genes ou entidade junto da qual obtiveram os recursos.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
period of commitment		...you may terminate this Agreement prior to the end of the Period of commitment without incurring any termination charges provided that you contract with Cablevision for another Internet service...	período de fidelização	O período de fidelização é o tempo de duração de um contrato de serviços de telecomunicação.	Além dos contratos com fidelização, as operadoras são agora obrigadas a ter opções sem fidelização, muito embora as condições de oferta associadas possam não ser as mais vantajosas, para obrigar os consumidores a optarem por um contrato com período de fidelização.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
price	The consideration (usually in money) given for the purchase of a thing.	The Customer may choose between purchasing and renting the modems in accordance with the price in Schedule A.	preço	Valor pecuniário de uma coisa ou dinheiro que se dá por ela.	As empresas deverão pagar indemnizações equivalentes a 100 % do preço do bilhete caso não assegurem o fornecimento de serviços alternativos ou das informações requeridas.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
promptness and diligence		Vendor represents, warrants and covenants that all Services will be performed with promptness and diligence and will be executed in a workmanlike and professional manner...	celeridade e diligência		...dependente de um poder discricionário da Comissão, bem como da celeridade e da diligência das diferentes autoridades.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
provided		Provided Vendor is not in breach of this Agreement,...	desde que		A proposta pretende garantir um nível elevado de protecção da saúde aos pacientes europeus, dando-lhes acesso aos medicamentos da sua escolha, desde que sejam observadas as salvaguardas necessárias.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
provision	An article, clause, or stipulation in an agreement, contract, deed, instrument, or statute that explains a specific condition, effect, implication, qualification, or requirement.	The provisions of this Section 11.1 shall survive the termination or expiration of this Agreement for any reason.	disposição	Determinação ou preceito legal.	Para efeitos da presente disposição, a residência exclui a simples presença.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
purchase	To buy a product or service.	WHEREAS, Exelon wishes to purchase the computer equipment and to license the related software and documentation identified herein (collectively, the "System"), and to purchase the necessary implementation and training services in connection with the System;	comprar	Adquirir (bem, serviço) mediante pagamento.	O texto do código IPI baseia-se essencialmente no acordo antidumping de 1994, com algumas diferenças justificadas pela natureza específica das transações de compra de navios.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
purchase and sale	Subject to terms of this Agreement, Vendor shall sell, assign, convey, transfer and deliver to Exelon, and Exelon shall purchase, receive and accept from Vendor, all right, title and interest in and to the Equipment.	This Agreement and its schedules (if any) contain the entire agreement between the parties relating to the purchase and sale of the Equipment and the Service.	compra e venda	Contrato com eficácia real, pelo qual se transmite a propriedade de uma coisa ou outro direito, mediante um preço.	Por isso, os fluxos de caixa provenientes da compra e venda de títulos para negociar ou comercializar são classificados como actividades operacionais.

R

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
refund	To return money had by one party of another.	If you are not entirely satisfied with the Equipment, it will be possible to return it to Dell Canada Inc. ("Dell") for a refund, within thirty (30) days of its reception.	reembolsar	Recuperar o dinheiro que se emprestou ou despendeu.	A instituição competente não pode recusar o reembolso do custo das prestações...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
represents, warrants and covenants		Vendor also represents, warrants and covenants that the Training Plan provides a sufficient quantity of training for the adequate and efficient operation of the System.	declara e garante		O Cliente declara e garante que, enquanto duram estes Termos, dispõe (e disporá) de todos os direitos necessários para o Conteúdo do Cliente carregado...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
restocking charge	Amount charged by a seller for accepting a returned merchandise and paying a refund.	The following Restocking Charges will be applied for deleted/returned items once the item has either been ordered by Gsolutionz from our suppliers of shipped to Client	custo de devolução		O consumidor não tiver sido informado previamente à celebração do contrato que tem o dever de suportar os custos de devolução dos bens.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
risk of loss	Probability that one will have to bear the costs associated with a damage, destruction, injury, or an inability to locate documents, goods, or other property.	Client shall assume risk of loss to the Technology upon delivery of Technology to Client's premises.	risco de perda		Se for utilizado o tratamento previsto no artigo 345.o do Regulamento (UE) n.o 575/2013, as instituições devem assegurar a detenção de capital interno suficiente para cobertura do risco de perda que exista entre a data do compromisso inicial e o dia útil seguinte.
English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
royalty-free	The ability to use intellectual property without paying a royalty fee. Certain intellectual property requires users to pay a royalty fee to the owner or creator of the property.	...Vendor hereby grants to Exelon a perpetual, nonexclusive, royalty-free, worldwide, and non-transferable license (the "License") to use and copy the Software during Term.	a título gratuito		"Condições equitativas e razoáveis", condições adequadas, inclusive em termos financeiros ou a título gratuito...

S

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
subject to and in compliance with		The Equipment Maintenance Services will be provided subject to and in compliance with the requirements set out in Exhibit 2	sob reserva e na observância		«O CUR, o Conselho e a Comissão e, se for caso disso, as autoridades nacionais de resolução e o SGD participante tomam decisões sob reserva e na observância da legislação pertinente da União,...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
subject to the terms		Subject to the terms of this Agreement,...	sujeito aos termos		... ficarão igualmente sujeitos aos termos e condições do Acordo tipo de Transferência de Material para os fins definidos no ITPGRFA.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
security interest	An enforceable claim that is created by a security agreement or by the law that secures the fulfilment of a pledge.	You acknowledge that NorthernTel may file one or more financing statements or other instruments in any relevant jurisdiction for perfecting or protecting this security interest...	direito de garantia		«Obrigação garantida» designa uma obrigação cujo cumprimento é assegurado por um direito de garantia;

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
shall remain vested		Title to and ownership of Equipment designated as being purchased by Exelon hereunder shall remain vested in Vendor until Acceptance by Exelon...	continuam a ser exercidos		Os poderes de decisão relacionados com os objetivos e o termo da EUAM Iraque continuam a ser exercidos pelo Conselho.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
sell	To transfer ownership of a property in exchange for money or value.	... a limited partnership acting through its sole general partner Bell Aliant Regional Communications Inc. (NorthernTel), agrees to sell you...	vender	Ceder a posse de (um bem) ou prestar (um serviço) mediante pagamento.	...não constitui uma filial não-operativa de uma empresa estrangeira e se compromete a não vender o navio sem o consentimento do respectivo governo.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
sole benefit		...are under a duty of non-disclosure with respect to such information, and are acting for the sole benefit of the receiving Party)...	benefício exclusivo		...mas as reivindicações dos diferentes empregadores são segregadas para o benefício exclusivo dos seus próprios empregados.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
supersede	Annul, displace, repeal, set aside, substitute, or void by supplantation.	This Agreement supersedes all proposals, oral or written, all previous negotiations and all other communications between the parties with respect to the purchase and sale of the Equipment	substituir		O n.º 5 do artigo 3.º da Decisão n.º 2/2000 habilita o Conselho Conjunto a acelerar a redução dos direitos aduaneiros ou melhorar de outro modo as condições de acesso, a fim de substituir as condições estipuladas nos artigos 4.º a 10.º em relação ao produto em causa.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
supplier	The party supplying services or goods.	...for any loss or damage resulting from non-performance by Cablevision or its suppliers under this Agreement or from any delay in delivery...	fornecedor	Que ou aquele que fornece ou se obriga a fornecer certas provisões ou quaisquer mercancias.	Caso um fornecedor coloque um produto no mercado, cada unidade do produto deverá ser acompanhada de uma etiqueta em papel que cumpra os requisitos do ato delegado aplicável.

T

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
tax document		Each Party will provide tax information or tax documents reasonably requested by the other Party	documento fiscal		...com o fundamento de que não dispunha do correspondente documento fiscal, sendo que a lei nacional não permite a regularização dos documentos fiscais quando existe um aviso de liquidação adicional definitivo.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
tax information		Each Party will provide tax information or tax documents reasonably requested by the other Party	informação fiscal		O país tem de prosseguir os esforços para que o seu sistema informático de informação fiscal esteja plenamente operacional antes da adesão.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
term	Fixed period for which a loan, insurance policy, or bond is issued, a time or fixed deposit is made, or a contract lasts.	The term of this Agreement (the "Term") begins on the Effective Date and ends in accordance with the terms of this Agreement or upon written agreement of the Parties.	vigência	Tempo durante o qual uma coisa vigora.	Por estas razões, a vigência dos acordos-quadro deve ser limitada e não deve poder exceder cinco anos, salvo em casos devidamente justificados pelas entidades adjudicantes.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
third party	A person not connected to a contract but may be affected by its outcome.	You agree that you will use the Software strictly in accordance with the third-party Software licenses applicable to such software and which accompany the Equipment.	terceiro	Aquele que num negócio jurídico, por contraposição a parte, não é nem o autor da declaração nem o seu destinatário.	Um terceiro que possa invocar o disposto no n.º 6 pode deduzir oposição de terceiro contra a decisão que restitui os direitos ao requerente...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
title	Union of the legal rights of ownership, possession, and custody, evidenced by a legal document (instrument) such as a bill of sale, certificate of title, or title deed.	Title to and ownership of the Equipment designated as being purchased by Exelon hereunder shall remain vested in Vendor until Acceptance by Exelon under the terms hereof,...	posse	Acção ou direito de possuir a título de propriedade.	...organizado ou relacionado com criminalidade organizada, e dos quais tenha a propriedade ou a posse, mesmo por interposta pessoa singular ou colectiva, ou o valor correspondente, caso tais bens não possam ser encontrados...

U

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
under no obligation		... (except that Exelon is under no obligation to provide Vendor any further opportunity to cure)...	não tem qualquer obrigação		A Comissão não tem qualquer obrigação de demonstrar o efeito do acordo sobre o comércio entre Estados-Membros, devendo antes estabelecer que o comportamento é susceptível de produzir tal efeito.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
unless otherwise specified		The word "and" shall mean "and" as well as "or", unless otherwise specified	salvo disposição em contrário		Salvo disposição em contrário a título do artigo 124.o, n.o 2, as instituições podem utilizar como cauções elegíveis bens imóveis destinados à habitação que estão ou serão ocupados ou arrendados pelo proprietário...

W

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
waiver	The renunciation, repudiation, abandonment, or surrender of some claim, right, privilege, or of the opportunity to take advantage of some select, irregularity, or wrong.	"Client shall not require waivers or releases of any personal rights from representatives of Gsolutionz in connection with visits to Client's premises, and Client shall plead no such release or waivers in any action/proceeding."	renúncia	Acto voluntário pelo qual uma pessoa perde um direito de que é titular, sem uma concomitante atribuição ou transferência dele para outrem: é, pois, um negócio unilateral abdicativo - e, por isso, dispositivo - do direito.	Uma renúncia formulada ao abrigo do número anterior deve ser feita por escrito e conter uma descrição do bem aeronáutico.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
warranty	A warranty describes the conditions under, and period during, which the producer or vendor will repair, replace, or other compensate for, the defective item without cost to the buyer or user.	If any defects covered by this warranty appear within the above stated period Gsolutionz shall have the option of repairing or replacing the Technology at its expense.	garantia	Documento que assegura junto de um comprador a qualidade de um produto ou serviço, responsabilizando o fabricante ou vendedor pelo seu funcionamento, durante um determinado período de tempo	c) Uma embalagem, rótulo, etiqueta, brochura, manual de instruções, documento de garantia ou artigo semelhante, mesmo se apresentado separadamente,...

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
warranty period	The time period in which a purchased product may be returned or exchanged.	Vendor represents, warrants and covenants that during the Warranty Period it will promptly provide Exelon with any and all Maintenance Modifications, Enhancements, and related Documentation which Vendor makes available to any other person or entity.	período de garantia	Em Portugal não tem de se provar o defeito durante todo o período da garantia (os 24 meses da garantia legal)	...sob a forma de prémio não é reembolsado ao comprador de um veículo usado se, no final do período de garantia, não se tiver verificado nenhuma avaria ou se o custo das reparações tiver sido inferior a esse prémio.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
withhold payment		Exelon may withhold payment of any charges that it disputes in good faith,...	reter o pagamento		As entidades adjudicantes devem reservar-se o direito de retenção do pagamento de qualquer factura ou parte dela em casos de desvio aos contratos de fornecimento, nomeadamente no caso de existência de defeitos ou não conformidade com os requisitos de qualidade (EBQR) das notas de euro entregues.

English	Definition	Context	Portuguese	Definition	Context
written consent	Official binding agreement signed either on paper or digitally by parties involved, which is recognized legally.		consentimento escrito		A libertação apenas pode prosseguir com consentimento escrito da autoridade competente do Estado-membro.